

INTRODUÇÃO

Vamos precisar de todo mundo
Prá banir do mundo a
opressão
Para construir a vida
nova
Vamos precisar de muito
amor
A felicidade mora ao
lado
E quem não é tolo pode
ver
A paz na terra amor
O pé na terra¹

INTRODUÇÃO

Aconteceu Longe Demais poderia sugerir um acontecimento datado historicamente, geograficamente localizado, pouco expressivo ou influente nos grandes centros e nas regiões mais importantes do país. A titularidade e a leitura desse livro, todavia, remete, à luta dos posseiros de Formoso e Trombas a uma outra dimensão; talvez se refira mais a um sonho distante, uma utopia em construção e por não dizer, também uma vitória na história construída dialeticamente pelo campesinato brasileiro na luta pela terra e que até hoje não teve precedentes. Nada isolado de uma geração de militantes que idealizaram construir outro país via um projeto revolucionário; mas seguramente, sonharam uma sociedade, mais, justa, fraterna, socialista. A vitória foi localizada, mas abria pistas interessantes para se pensar a questão camponesa no Brasil quando veio então o golpe de 1964. Mas a dimensão maior a ser aprendida, bem como a tese e a hipótese principal que o autor deste livro quis recuperar e abrir possibilidades de diálogo deve-se ao fato que o movimento de Formoso e Trombas sinaliza

¹Estrofe da canção O SAL DA TERRA - Beto Guedes e Ronaldo Bastos

com segurança que o povo organizado é sujeito na história. E a história dessa organização, seus militantes também remetem a história do PCB – Partido Comunista Brasileiro - no período 50- 64 com seus conflitos, tensões e vicissitudes.² Isso não é pouco, tanto é que, por um lado, Trombas foi negligenciado conjuntamente com dezenas de movimentos camponeses dos estudos acadêmicos e os trabalhos mais recentes parecem valorizar somente o MST – Movimento dos Sem Terra -; por outro, a violenta repressão, que não poupou a região, seus militantes e sua história. Sobre este último aspecto, vale fazer um parêntese inicial.

A região de Formoso e Trombas foi invadida violentamente duas vezes, a primeira, pouco tempo depois do golpe de 1964 por tropas da polícia e do exército; e, nos anos 70, ocorre a segunda invasão, desde feita somente com tropas do exército. Na primeira invasão, dezenas de camponeses são presos e não duraria muito tempo, parte da antiga liderança comunista na região que estava foragida ou clandestina também é presa, e muitos deles, barbaramente torturados. Alguns militantes comunistas e mesmo camponeses são acusados de subversão e que, consistia, principalmente, insinuar que a luta tinha por objetivo emancipar a área num território liberado do Brasil. Geraldo Tibúrcio entre outros antigos dirigentes são confrontados na prisão com uma cópia da ‘*Constituição do*

²Desde sua fundação em 1922 até 1961, o Partido Comunista do Brasil tinha como sigla PCB. Quando ocorre a cisão em 1962, passaram a existir o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 1992, no X Congresso do PCB ocorrido em São Paulo, e, decorrente de um inconcluso debate do IX Congresso no Rio de Janeiro, mas precipitado pelos acontecimentos do Leste Europeu, o PCB se reestrutura com uma nova configuração e concepção partidária, adotando um novo nome, Partido Popular Socialista, com a sigla PPS. Neste Congresso também ocorre uma cisão na origem desta reestruturação, discordante desta reformulação, que funda o Partido Comunista, sigla PC, reivindicando a continuidade da fundação em 1922 e que posteriormente recuperaria a sigla PCB. Para efeito de leitura e compreensão, sempre nos referiremos ao PCB como Partido Comunista ou Partido Comunista Brasileiro a partir da continuidade dessa matriz inicial fundada em 1922 e que, em relação ao núcleo de Formoso e Trombas bem como aos comunistas do Estado de Goiás continuou sendo a referência política maior até 1964.

Estado das Trombas'. Nela, dizia que Trombas é um Estado situado no Brasil Central, paralelo 14, norte de Goiás e parte integrante e autônoma sob regime russo, sendo que, em seu território, é exercido todos os poderes que explicitamente não são vedados à Constituição de Moscou. Num artigo, o primeiro, está escrito que José Porfírio é o Ditador; e em Trombas, no terceiro, é vedada a publicação e a liberdade de pensamento. O artigo oitavo versa que o direito de matar é livre e ficam impunes aqueles que assassinarem a bem do regime. Nos demais há um pouco de tudo: artigos que estabelecem a garantia da inviolabilidade dos chefes no exercício dos mandatos; ou aquele que versa sobre a proibição de entrada de policiais dentro do perímetro do território, entre outros apontamentos.

Os artigos postos naquela *constituição* em si eram de tal ordem, estapafúrdios, que nem foram anexados aos processos acusatórios dos militantes e até se duvidou durante algum tempo da sua existência. O documento, no entanto, existia e fora largamente divulgado em jornais conservadores³, sendo visto por vários militantes e posseiros quando presos. Sua autoria é desconhecida, mas há indícios que fora elaborado em 1963 no cartório de Uruaçu, tristemente conhecido pela prática de grilagem de terras no Estado de Goiás. Já a segunda invasão da região ocorre em 1971 e foi mais violenta que a primeira. Embora a região estivesse politicamente tranqüila, os militares do exército suspeitavam de ligações dos antigos posseiros de Formoso e Trombas com a Guerrilha do Araguaia no norte de Goiás, sul do Pará e mesmo a existência de um plano articulado de revolta contra a ditadura. Conjuntamente com essas novas acusações de guerrilha, mais uma vez se somou a '*Constituição do Estado das Trombas*' como prova de subversão. Nada se provou, ficaram as seqüelas das prisões, torturas e não foram poucas.

³Jornal da Tarde 07/08/1972 e 11/09/1971 e OESP, 11/09/1971. Há uma cópia desse documento no arquivo do DOPS localizado na UFG – Universidade Federal de Goiás.

Nos anos 90 em Goiás, uma polêmica toma conta do Estado sobre um dos últimos arquivos do Dops no Brasil ainda não abertos à sociedade civil. Após muitas desculpas, seguidas de recusa das autoridades policiais, muita resistência de setores de governo e até ameaças, o material finalmente foi entregue à guarda da UFG (Universidade Federal de Goiás). Com ansiedade dezenas de militantes e ativistas sociais se debruçaram sobre aquele arquivo na esperança de encontrarem material para compor seus processos de anistia. A frustração foi geral, já que, sem ao menos terem a preocupação da manter a aparência, grande parte do arquivo praticamente se esvaneceu com destino ignorado. Alguns dossiês estavam somente com as páginas iniciais e finais; outros, nem isto, tendo somente a capa com o nome do ativista, tal a pressa em desaparecer com parte daquele material. A preocupação ou tensão política maior na época estava relacionada diretamente com a Guerrilha do Araguaia cujos mortos se recusavam a calar. Mas o material do Dops também sugeria – em tese – que os militantes das lutas camponesas do pré-64 teriam finalmente a possibilidade de serem reconhecidos nos seus legítimos direitos à anistia.

Com outras finalidades, pesquisadores estudiosos das lutas camponesas dos anos 50 esperavam encontrar subsídios para o desenvolvimento de suas pesquisas. O argumento era até razoável: a Guerrilha do Araguaia era muito recente, mas a revolta de Formoso e Trombas é uma parte distante da história. Lamentavelmente, o dossiê sobre este conflito último e seus militantes pouco acrescentou ao que os pesquisadores já sabiam por outras fontes. Havia alguns incompletos dossiês das lideranças que podiam ser consultados, mas a maioria consistia em informações biográficas e recortes de jornais. Vários tinham partes internas suprimidas, bem perceptíveis pelos saltos na numeração das páginas. De concreto no restante do material, mas não inteiramente desconhecido de outras fontes, lá se encontrava a ata de fundação da

Associação dos Lavradores nos distantes anos 50 e uma cópia muito apagada da *Constituição do Estado das Trombas*. Ao que tudo indica, a supressão do restante do material somente veio a demonstrar como os movimentos sociais no campo despertam medo nas elites brasileiras, em particular, quando esse personagem – o campesinato – quando entra em cena.

Pautado na perspectiva da Ciência Política, temos início o desafio à compreensão sobre o significado da luta camponesa de Formoso e Trombas e a intervenção do Partido Comunista Brasileiro, especialmente quanto às etapas de desenvolvimento e a penetração do capitalismo no campo no período 1950 – 1964. Decorre, no entanto, que sua problematização teórica e conceitual é ainda polêmica, particularmente quando relacionada aos movimentos sociais no campo a partir da virada do século, em que, a adjetivação até então ideológica, necessariamente passou a incorporar outras especificidades, como variáveis étnicas, religiosas, políticas e econômicas, refletindo cada vez mais a complexidade temática envolvida e a sociedade contemporânea. São muitas pistas que sugerem o seu desenvolvimento, mas a singularidade deste objeto - a intervenção de um partido político e o campesinato em um processo revolucionário – remete a um estudo de caso específico e indica para o início de nossa reflexão desenvolver elementos de análise e apreender, recuperar ou superar o significado político ou pré-político da luta. O debate, é profícuo, de certa forma, antigo, mas ainda é inconclusivo. Vamos a alguns apontamentos preliminares.

Inicialmente, a concepção de Movimento Social Político ou Pré-político é polêmica, e, norteou em grande medida o debate sobre essa temática no final do século XX. Entre várias leituras, Eric Hobsbawm

realizou uma interessante reflexão num ensaio⁴ que sugere que movimentos camponeses somente podem se constituir em movimentos políticos a partir da intervenção de agentes externos. Uma outra linha de reflexão muito presente no debate acadêmico brasileiro, José de Souza Martins, critica essa leitura a partir de um trabalho⁵, e demonstra a limitação desta proposição quando confrontado com vários estudos de caso, em que as críticas aos agentes de mediação se fazem presentes, bem como o caráter político de vários movimentos ao longo do processo histórico. Todavia, quanto à concepção e a apropriação histórica de movimentos camponeses a sociedade rural, é necessário uma análise cuidadosa, em especial, em relação ao camponês e suas várias categorias, sendo que, este é comumente analisado ideológica ou culturalmente no processo histórico pelas correntes marxistas como sendo conservador, atrasado, tradicional e até mesmo contra-revolucionário. Como sugere Ianni, é conclusivamente apontado que o campesinato não dispõe de condições de se tornar uma classe hegemônica. Nesse sentido:

*Subsiste ao longo do tempo e das lutas, como classe subalterna. Não formula um projeto alternativo para a organização da sociedade nacional. Luta desesperado para defender o seu modo de vida, um modo de vida diferente, dissonante daquele que se instala e se expande com a revolução burguesa.*⁶

Por essa razão, a questão do campesinato e a política, vêm a ser, a rigor, uma problemática que está longe de seu esgotamento, principalmente quando procuramos analisá-lo por seu universo como um todo, ou por uma de sua característica mais visível e potencialmente revolucionária, a luta pela terra. Desta polêmica, verifica-se que o debate sobre o significado

⁴HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. Revista Ensaio de Opinião. (Mímeo)

⁵MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶IANNI, Octávio. Dialética e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1988, pág. 101 a 113.

interveniente dos partidos comunistas junto ao campesinato é alvo de impasses e contradições ao longo da história.

Retomando a polêmica clássica, Eric Hobsbawm, ao procurar definir conceitualmente camponeses sob a ótica marxista, encontra uma primeira dificuldade ao analisar, um conjunto de categorias tão heterogêneas quanto complexas o que vem a contribuir para uma compreensão equivocada deste enquanto político. Ele seguramente procura diferenciá-los quanto à forma de produção – economia familiar – dentro de um contexto agrário, ainda que tente se abster de realizar um recorte etnográfico rígido do homem do campo. Nesta linha, ainda que reconheça a existência de uma dinâmica social na estrutura camponesa, busca ao mesmo tempo enquadrá-los dentro de um processo de transformação (sendo previsto seu gradual desaparecimento), denominado modernização. Estariam ambas as situações inseridas em dois tipos troncos: o primeiro comunal, que a princípio não é contraditório ao marxismo. O segundo seria algo do tipo originariamente descrito por Marx, em que está presente dentro de uma concepção burguesa o elemento parcelar da terra, tendo por fundo, a tradição de inibir uma oculta diferenciação social. Contudo, a tradição na maioria dos casos tem um forte caráter coletivo, portanto, possível de ser enquadrada em uma sociedade socialista.

Aqui reside o cerne da questão, ou seja, a situação de transição em que o campesinato tradicional envolve-se ou é envolvido em política. Neste momento, a necessidade de conceituação do campesinato é sentida principalmente pela ótica dos meios de produção – como se eles não fossem diferenciadores – procurando necessariamente subordiná-lo ao proletariado. Por esta via, observa-se seu enquadramento ao uma concepção de análise marxista ortodoxa, que é assumida e preconceituosamente urbana – geográfica - e localizada.

Em outro momento, Hobsbawm procura superar (no bom sentido) a idéia romântica de unidade sócio-cultural do campesinato, em que as divisões e complexidades de composição desaparecem, principalmente, frente a um inimigo externo. Ainda assim, ele procura minimizar as aspirações do campesinato ao mesmo nível que Lênin (em um determinado momento) referia-se ao proletariado, ou seja, tendo somente um caráter *trade-unionista*. Sem dúvida, essa leitura deixa margem para confusão, já que, ao procurar analisar o camponês em mais de uma ocasião, ele o faz de modo geral, pela estrutura econômica e por seu universo local, forçosamente delimitado. Neste sentido, esta restrição é vista como um empecilho fundamental para a sua pouca (ou nenhuma) compreensão da política; e, por esta razão, a possibilidade de sublevação do campesinato é posta em questão, exceto quando influenciado por fatores externos. Para ele, é improvável:

*“a eclosão de uma rebelião campesina em um contexto ampliado, principalmente devido a sua heterogeneidade, tendo por razão maior, a impossibilidade de sua aglutinação em um objetivo comum.”*⁷

Hobsbawm recupera superficialmente alguns exemplos históricos em que havia condições de ter ocorrido um movimento nacional (ou até ocorreu de modo contra-revolucionário) dirigido por agentes externos (mais especificamente PC's) e que não avançaram devido às razões anteriormente mencionadas. Nesta linha de análise, é admitido, quando muito, uma possibilidade de insurreição “foquistas” isto é, localizada e que pode ter um papel decisivo no contexto nacional. Sobre isto, ele dirá

*“Nem mesmo a coordenação do partido Comunista produziu um movimento camponês unificado, mas uma dispersão de áreas vermelhas.”*⁸

⁷HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. Revista Ensaio de Opinião. (Mímeo)

⁸HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. Revista Ensaio de Opinião. (Mímeo)

No caso de acontecimento com características incomuns como o mexicano e o peruano, o autor procura enquadrá-los dentro de um contexto circunstancial – políticos, econômicos e espacial – sem procurar analisar esta questão como exemplos de poder do campesinato. Aos críticos dessa tese, a resposta é curta e grossa: o que realmente preocupa é a insurreição dentro da capital e arredores. Ele até admite que, em determinadas ocasiões, o campesinato pode ser o fiel da balança, agindo de modo revolucionário (ou seja, alterando as estruturas socioeconômicas), mas também e principalmente, como contra-revolucionário. Para o autor, suas causas estão na “autopercepção de fraqueza, inferioridade e passividade”, (em que pese não seja universal e seja exclusivo de áreas específicas), bem como da natureza da economia camponesa.

Curiosamente, um outro economista marxista, Chayanov, ressaltaria que a força do campesinato reside justamente neste aspecto, principalmente quando mencionada a capacidade de reprodução e sobrevivência dentro das adversidades da unidade familiar camponesa no contexto econômico nacional russo. Penso ser válido estabelecer o debate e apreender sua contribuição ao entendimento do campesinato numa outra perspectiva

Fundamentalmente, Chayanov opera com instâncias econômicas para conhecer a realidade camponesa russa até a década de 30. Mas ao contrário de Marx, ele não opera somente no nível da Estrutura como fator determinante do modo de formação da sociedade, mas também na esfera da superestrutura, acrescentando outros elementos de compreensão ao processo de desenvolvimento, redefinindo a concepção corrente da sociedade e elaborando a teoria da *Unidade Familiar Camponesa*, como um tipo de sociedade autônoma, não capitalista, inserida na economia nacional. Ele dirá que, a diferença básica é que a primeira depende somente do “trabalho de seus membros”, sendo que a empresa capitalista depende

do trabalho assalariado. Para Chayanov, não é possível dissociar as categorias econômicas como *renda, preços, capital e trabalho assalariado*. São fatores que se relacionam, sendo portanto, determinantes para conceituar uma empresa capitalista.

Ao que parece, aqui reside o cerne de sua teoria, quando ele enfatiza a categoria “trabalho assalariado/salário” como inexistente no âmbito da economia familiar e por esta razão, deve-se utilizar e analisar esse contexto sob uma teoria completamente distinta. O aspecto central na análise da economia familiar camponesa é a relação “equilíbrio – trabalho/consumo” e está é determinada pela satisfação das necessidades familiares, pela fadiga do trabalho que, em última instância, determina o grau de “auto-exploração”. Este último aspecto só pode ser avaliado qualitativamente, já que não pode ser medido na forma monetária de valor. São fatores determinantes neste processo a “experiência de vida e aspectos culturais” e também “o tamanho da família e o número de membros que trabalham”, sendo que a família não pressiona além do ponto que ela necessita a fim de satisfazer as suas necessidades básicas. Neste diálogo com Marx, a questão “diferença de classes” é substituída pela concepção “diferenças demográficas” em que variáveis como ciclo de vida, família e outros elementos têm uma incorporação no nível da Superestrutura. Por esta linha de análise, ele reafirma no contexto da economia camponesa, que suas particularidades (periféricas ou não) não alteram o cerne de sua teoria, ou seja, a estrutura do trabalho familiar, ao qual ele alerta: *não é exclusivo do contexto nacional russo*.⁹

Retomando o diálogo sobre o campesinato e a política, Hobsbawm numa rara menção coloca afirmativamente e contraditoriamente numa mesma passagem que:

⁹CHAYANOV, A.V. The Theory of Peasant Economy (mimeo)

*As revoluções podem ser feitas de fato por camponeses que não neguem a legitimidade do que existe como estrutura de poder; a legislação, o Estado e os latifundiários [...] O mais submisso dos campesinatos não é apenas capaz de trabalhar o sistema em seu próprio proveito, ou antes, para seu mínimo desproveito, mas também para resistir e quando oportuno, de contra-atacar.*¹⁰

Percebe-se que este conjunto de características em que é balizado o comportamento do camponês, identificado em sua grande maioria como sendo um elemento passivo, é, no entanto percebido como sabedoria, já que ele mesmo aponta que:

*Os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local [...] sua verdadeira dificuldade reside em discernir movimentos políticos mais amplos.*¹¹

Podemos até sugerir uma afirmativa: como se estas dificuldades não fossem inerentes ao proletariado, aos partidos, aos sindicatos e a sociedade em geral. Hobsbawm admite e até concorda que a passividade é aconselhável quando a correlação de forças não é favorável. Acredito que a prudência também seja aconselhável aos demais agentes da sociedade, já que não é razoável afirmar que somente uma classe tenha dificuldades em elaborar um projeto político estratégico. Persiste, no entanto, que a concepção de que a atuação política do campesinato é circunstancial, sendo admitida historicamente no nível econômico.

Para Hobsbawm, as razões levantadas residem em uma tríade ideológica, identificada e globalizada no “rei, na igreja e no protonacionalismo”, que vem a ser em seu conjunto, o mecanismo de alienação do campesinato tradicional. Este sistema é concebido como estando intimamente relacionado, ainda que cada elemento possua aspectos

¹⁰HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. Revista Ensaio de Opinião. (Mímeo)

¹¹HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. Revista Ensaio de Opinião. (Mímeo)

contraditórios (e até excludentes), sendo ao final, contabilizado como catalisador da alienação e de sua não participação política. Assim, existe uma lacuna a ser preenchida por uma investigação em profundidade (inclusive admitido por Hobsbawm), ou seja, as exceções em que sobrepõe a fórmula pré-concebida do caráter não participativo e não revolucionário do campesinato tradicional ou em transição. Também é significativo que em situações políticas modernas é colocado que o campesinato como diferenciação política desaparece, principalmente em razão do desenvolvimento econômico. Nesta polêmica, é admitido circunstancialmente que este aspecto pode ser superado (na leitura de algumas correntes marxistas e também por Hobsbawm) pela via eleitoral como um comportamento aglutinador de classe, já que, seria impossível congregiar uma série de contradições intraclasse em um projeto político comum, exceto a nível local.

Como indicativo desse debate, vale pontuar para outras interpretações. Gramsci, por sua vez, procurou no estudo do processo de formação do Estado Italiano (que tem características semelhantes ao processo brasileiro), revalorizar o papel do campesinato, o que para ele, é um elemento fundamental e que, para o sucesso da revolução deve-se configurar a aliança “operário camponesa”. Por esta linha de análise, podemos traçar um paralelo sob a ótica gramsciana do Bloco Histórico Italiano e do Bloco Agrário Industrial no Brasil, tendo por pressuposto buscar inserir neste contexto, a noção de Hegemonia que entre seus vários conceitos, particularmente na questão meridional, significa a dominação e direção dentro do quadro e aliança entre operários e camponeses. Para ele, a criação de um novo Bloco Histórico, por iniciativa da classe operária e camponesa, tem por objetivo contrapor ao bloco reacionário de industriais de terras, que será objeto de uma análise posterior. Contudo, Gramsci aponta que;

*O nó das relações entre o norte e o sul (aqui entre o sul e o nordeste, grifo meu), no que se refere à organização da economia nacional e o Estado, é tal que o nascimento de uma classe média de natureza econômica (o que significa o nascimento ulterior de uma burguesia capitalista difusa) torna-se quase impossível. Qualquer acumulação de capitais e de poupança na região é impossível em virtude do sistema fiscal e alfandegário e de fato que os capitalistas proprietários de empresas, por não ser da região, não transformam seus lucros em novo capital, transferindo-o para outras localidades. Quando a emigração as formas gigantescas características do século XX as primeirasavas começaram a afluir da América, os economistas liberais proclamaram triunfalmente: O sonho de Sonini se realiza; uma silenciosa revolução se verifica no sul, que lenta mas seguramente modificara toda a estrutura econômica e social da região. Mas o Estado interveio e a revolução silenciosa foi sufocada no nascedouro. O governo ofereceu bônus do tesouro a juros fixos e os imigrantes e suas famílias se transformaram, de agentes da revolução silenciosa, em agentes que forneciam ao Estado os meios financeiros para subsidiar as indústrias parasitárias do Norte!*¹²

Esta proposta de análise, ainda que tenha pontos positivos, não deixa de ter os riscos pré-concebidos mencionados no início deste texto, principalmente devido às particularidades existentes no âmbito histórico espacial que em sua maioria, resiste a um estudo de caso aprofundado.

José de Souza Martins por sua vez, recupera esta problemática de modo distinto e polêmico ao analisar o meio rural brasileiro. Como expoente de uma tendência do pensamento sociológico brasileiro, que tem por eixo norteador em seus trabalhos “a luta pela terra”, Martins procura apontar para a necessidade de incorporar ao estudo do campesinato, uma nova ótica, onde a crítica aos agentes de mediação se faz presente e delimita nesta linha de reflexão, para o aspecto de “exclusão” do camponês em todas as suas variantes. Teses polêmicas e propositivas como aponta Bernadet Aued situando com clareza o eixo de sua reflexão, ao colocar que:

¹²GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; p. 160.

*A dimensão como as implicações do referencial de Martins estão muito mais fora de seus textos do que praticamente neles, pois suas análises desencadeiam uma série de pesquisas e eventos cujo destaque primordial é dado às relações sociais entre os trabalhadores rurais e os movimentos sociais no campo.*¹³

Percebe-se que é pela questão do campesinato que o autor aponta para a necessidade de compreensão da sociedade brasileira e principalmente, para a necessidade de incorporar outras variáveis interpretativas, especialmente sua “identidade” como categoria determinante e não somente a via do economicismo clássico. O eixo norteador de sua análise, quanto ao papel dos agentes de mediação e o campesinato, pode ser assim sintetizado:

*A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída da história das lutas pela tutela política do campesinato.*¹⁴

Aqui reside à crítica de Martins aos marxistas da escola dos PCs quanto ao papel político do campesinato. Para ele, a linha de interpretação do camponês sempre foi de exclusão e, portanto, fora do processo político, sendo apontado circunstancialmente como um aliado ou um perigo; mas incapaz de fazer a história, de definir e atuar senão no sentido de “contê-la”. Quando muito, é visto como um aliado factual da classe operária. Nesse sentido, sua exclusão do pacto político é o fato que cercará o entendimento de sua ação política. Ou seja, no processo político brasileiro, o campesinato é concretamente:

¹³AUED W. Bernadete. Questão Agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes no séc. XXI. Tese de doutoramento em Ciências sociais na PUC/SP, 1990, p.108.

¹⁴MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, p.81.

*...ausente na apropriação dos resultados objetivos de seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário de um lado, e alheio de outro lado.*¹⁵

Ele ainda coloca que a exclusão ideológica é evidente, na medida que alguns dos mais relevantes acontecimentos políticos do país são desconhecidos, como é o caso de Formoso e Trombas, predominando o aspecto urbano de nossa história, mesmo na esquerda.

*Poucos sabem e dão conta que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem reiterada experiência direta de confronto militar com o exército. !*¹⁶

Em conseqüência, foi sempre um confronto de ruptura, e por seu radicalismo, resultou com freqüência na eliminação física total dos camponeses. Evidentemente é uma reflexão sujeita a controvérsias, que não está isenta de pontos positivos, até porque, a história dos camponeses ainda está por ser escrita, não só no Brasil, mas a nível mundial, como sugere Eric Wolf no seu magistral estudo *As Guerras Camponesas do Século XX*.¹⁷

No entanto estes acontecimentos são analisados por outros autores marxistas (o que reafirma Hobsbawm), bem como por Martins em “determinado momento”, como movimentos “ pré-políticos” ou seja, a partir de fora, de cima. É contraditório e a polêmica em questão permanece, já que fica posto que somente a partir de uma força de fora (agentes externos) que estes, podem se transformar em movimentos políticos. Como foi apontado, são estes “grupos de mediação” que serão criticados por Martins no conjunto de seus trabalhos, já que:

¹⁵MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil... op. cit. p. 25.

¹⁶MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil... op. cit. p. 27.

¹⁷WOLF, Eric. *As Guerras Camponesas do Século XX*, São Paulo, Ed. Global, 1984, Introdução.

...estas considerações não pretendem invalidar a distinção entre movimentos pré-políticos e movimentos políticos, mas apenas relativizá-la no que se refere aos camponeses.!¹⁸

O que se verifica é uma transferência dos tipos de movimentos camponeses, a partir da entrada de novos atores no processo de luta, ou seja, os sindicatos e os partidos (que seria então uma retomada), mas principalmente a igreja. De qualquer forma, este posicionamento mais recente do autor, só reafirma suas críticas históricas aos PCs, já que, na sua interpretação estes procuraram tradicionalmente enquadrá-los dentro de uma concepção economicista, geralmente mal fundamentada, onde o processo é analisado somente pelas transformações de ordem econômica, sem reconhecer as mediações existentes.

José de Souza Martins ainda procurou desmistificar este conjunto de teorias, ao verificar que as lutas no processo histórico no Brasil têm provavelmente sua origem na forma de ocupação da terra. Vale ressaltar que Formoso e Trombas e Porecatu, tiveram origem no êxodo de trabalhadores sem terra excluídos dos núcleos de colonização implantados pelo governo. Em outros episódios, como Contestado e Canudos, o problema da terra manifestou-se sob a forma do messianismo, ocorrendo então a ruptura total com a sociedade existente. Sem dúvida, a ruptura total dos movimentos messiânicos demonstra claramente o potencial de contestação e revolução à ordem vigente e o papel do Campesinato na luta contra o regime, especialmente nos casos de identificação de ambos, Canudos e Contestado com uma idéia monárquica distante da monarquia então abolida no Brasil com a República dos Coronéis. Aqui Martins visualiza seu caráter político:

¹⁸MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a...op.cit. p.31.

*A intervenção militar em Canudos e Contestado, em defesa da ordem e do regime constitui a mediação que fez, as guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses de sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador.*¹⁹

Curiosamente, nestes movimentos citados, também observa-se aspectos da tríade ideológica levantados por Hobsbawm, ainda que sob sua concepção de análise não tenha ocorrido a ruptura política que ocorreu nestes casos. Uma outra forma de manifestação camponesa citada por Martins foi o cangaço. Seus membros eram pequenos proprietários rurais e que, por motivos variados, desde questões de honra a expropriação de propriedade, questionaram a ordem vigente. São na verdade, manifestações diferenciadas com um caráter de luta de classe sob a forma de libertação e contestação da ordem social vigente, o que para algumas correntes marxistas, é impossível de acontecer. Mas há outras.

Por exemplo, o nordeste também foi palco de muitas lutas no período, sendo que as primeiras ligas camponesas surgem a partir dos anos 50, organizadas pelos trabalhadores de cana que tinham por objetivo a defesa do Foro e as garantias mínimas de alguns direitos assistenciais. Em 1955, a luta do Engenho da Galiléia veio a ser um marco deste processo, ocorrendo o aumento da organização dos trabalhadores. Neste momento já estavam envolvidos outros grupos na mobilização dos trabalhadores, assumindo as Ligas caráter político próprio, com influência de outras organizações como a Ação Popular, a Igreja e o Partido Comunista. Pouco mais tarde, estas influências estariam explícitas na condução do projeto político a ser desenvolvido no campo, tanto nas Ligas, como em outros movimentos; seja quanto a sua forma organizacional “sindicatos pelo PC e reforma agrária parcial e gradativa” ou outros grupos que já se preparavam

¹⁹MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a...op.cit. p. 62.

para a luta armada e expressavam palavras de ordem mais radicais. Vale dizer que, as Ligas, por exemplo, no seu conjunto, obtiveram um crescimento notável e incorporaram à sua atuação, o debate que ganhava corpo no país sobre a natureza da questão da terra. Elide Rugai Bastos, aponta que a mobilização camponesa no nordeste é resultado do questionamento dos movimentos sociais do campo ao modelo de desenvolvimento capitalista no país, que se viabilizou ao preço da intocabilidade da questão agrária. E completa:

Um dos marcos principais do desenvolvimento do capitalismo no campo é a crescente subordinação da terra ao capital, o que provoca fenômenos aparentemente diversos, mas indicativos de um único processo; expulsão de foreiros, cujas terras são ocupadas pela produção capitalista; destituição do morador das condições que lhe permitem a produção de seus meios de vida; a extinção de contratos de Parceria; submissão da produção do pequeno proprietário. E, neste processo de transformação, o capitalismo produz tensões, manifesta na eclosão de movimentos, que são expressões de luta pela terra.²⁰

Por esta linha de análise, é visto que no caso brasileiro, a terra vem a ser o eixo de confronto no campo, assumindo um caráter revolucionário, principalmente quando ela passa a ter valor, o que gera um agudizamento das contradições. Para Ianni:

Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo; na afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, a produção de valor, o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio de capital, na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário.²¹

²⁰BASTOS, Elide Rugai. “A Mobilização Camponesa no Nordeste – 1954/1964” in SANTOS, José Vicente (org.). Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone/Campinas: Ed. Unicamp, 1985, p.263.

²¹IANNI, Otavio. Dialética e...op.cit., p.106.

Ao que parece, a passividade de Hobsbawm não tem paralelo frente aos processos descritos acima, principalmente a partir dos anos 50, quando se verifica um novo patamar de atuação política, a atuação de forma vigorosa das ligas e sindicatos (e em menor medida, a igreja), derivados da percepção do momento. Para Martins, no entanto, o que estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra, e sim, a renda capitalista da terra. E mais tarde, ele acrescentaria:

*...as diferentes formas de luta e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra.*²²

É nessa linha de interpretação, que ocorre uma crítica feroz aos agentes políticos-grupos de mediação, que sempre tiveram para o autor uma força dissuasória do potencial revolucionário. Ou seja, os chamados grupos de mediação não conseguem captar a essência do processo constitutivo do campesinato em suas elucubrações teóricas bem como no dogmatismo de suas propostas políticas. Mais uma vez, o que ocorre no caso brasileiro para Martins, é que os diferentes grupos que procuravam resgatar a voz dos camponeses e dar-lhes dimensão política, empenharam-se de formas diversas em evitar uma revolução camponesa no país; já que a luta pela terra e a luta contra a renda fundiária (que eram as reivindicações mais imediatas) sempre passaram ao largo de suas propostas políticas. Para Hobsbawm e outros marxistas o problema está no campesinato; e a solução está na modernização econômica, que é condição das transformações sociais e políticas, e por extensão, de consequência.

²²MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a... op. cit. p. 80.

Entretanto, um aspecto é real e ocorre em determinada medida: as lutas do campesinato estiveram e estão muito à frente dos agentes de mediação principalmente pelo processo de avanço capitalista no campo ocorrido nos últimos anos; mas em geral, estes agentes também não têm conseguido incorporar as lutas e perspectivas de classe do campesinato em um projeto político tático e estratégico. Ou seja, ao procurar dimensionar o contexto de participação do campesinato no processo de formação da sociedade, verifica-se paralelamente a “hegemônica” condução política do proletariado, (no caso do partido) ou da burguesia; que esta teve em seu bojo a própria revolução agrária ou um forte componente agrário no processo de transformação. Aqui vale lembrar, na leitura de Wolf, que as grandes revoluções do século XX, foram revoluções camponesas, ainda que o processo em si foi contraditório e muitas vezes não alcançou para a massa rural, a idealização de suas perspectivas e objetivos de modo revolucionário.²³

Mesmo assim, é preciosa a análise de José de Souza Martins quando a confrontamos com a leitura de Eric Hobsbawm de modo contundente e a visão dos *outsiders* deste processo. E isto também se apresentou criticamente em outras leituras e análises. Caio Prado Júnior, por exemplo, é propalado como o autor de uma análise desmistificadora dessas categorias ao reconstruir uma reflexão do processo de formação econômica do Brasil, e, apontar a inexistência do camponês (no sentido clássico) bem como de uma etapa feudal. Embora essa leitura de Caio Prado dos anos 60 já encontrasse alguns pressupostos análogos anos antes em um bem pouco conhecido e ousado livro de Leôncio Basbaum²⁴; o que nos interessa

²³WOLF, Eric. As Guerras...op. cit. p. 13.

²⁴Este livro de Leôncio Basbaum foi publicado em 1934 sob pseudônimo (Augusto Machado), mas foi fortemente contestado pela Direção do PCB e pouco lido pela militância. Em que pese, Basbaum apreenda e busque incorporar osmoticamente as referências clássicas leninistas bem como as categorias do cenário camponês russo para

imediatamente neste debate é sinalizar que, a despeito desta polêmica e de certa forma, sua inconclusividade, sem falar da boa vontade, do idealismo e dos riscos (já que não foram poucos que tombaram), CAMPONESES, (aqui entendido como o conjunto de categorias existente no meio rural) igualmente não se enquadraram nos conceitos e no conjunto de propostas dirigidas a ele.²⁵

Retomaremos forçosamente essa reflexão nas páginas subseqüentes bem como a polêmica com alguns desses autores; mas como bem recorda Wolf, as revoluções em sua gênese explicativa procuraram desconhecer e minimizar o papel desempenhado pelo conjunto do campesinato.²⁶ Ele não foi o único a demonstrar essa tese. Há outras contribuições teóricas importantes, a exemplo de *Os Condenados da Terra* de Frantz Fanon²⁷,

a apreensão dessa problemática no Brasil; ele inova em visualizar as várias modalidades presentes no campo, e, consegue, com originalidade perceber a sua heterogeneidade (que não eram somente camponeses) bem como antecipar conceitos correntes na Sociologia Rural dos anos 70 e sinalizar que, em algumas regiões, por exemplo, a mediação significativa era a Luta pela Terra (e não reforma agrária) ou mesmo sugerir o Cangaço como expressão de luta de classes. Segundo Basbaum, são 06 camadas presentes no campo brasileiro, muitas delas, sub-divididas com detalhes em categorias específicas: a primeira, dos Grandes Proprietários de Terras, (grandes proprietários de terras de exploração capitalistas, Lavradores Ricos e Semi-capitalista); a segunda, Camponeses (Médios e os Pequenos, subdivididos em Camponeses Ricos, Camponeses Médios e Camponeses Pobres); a terceira, dos Rendeiros (Meeiros, Sítiantes, Servos da Gleba) que trabalham em grandes propriedades feudais; a quarta são os Trabalhadores Agrícolas (Trabalhador Agrícola Propriamente: o Peão do Sul, o Seringueiro, o Vaqueiro do Nordeste; Trabalhador Agrícola Itinerante: constituído pelo Jornaleiro, o Camarada e o Cama de Vara; Andarilho e Flutuante: o Jeca); a quinta é o constituída pelo Colono (famílias de imigrantes estrangeiros ou nortistas que vivem nas fazenda de café em São Paulo); a última, é formada por trabalhadores imigrantes de várias nacionalidades no Sul do país nas Colônias Coletivas. Para ele, havia camponeses no Brasil, mas o Trabalhador Agrícola seria o grupo aliado, mais numeroso e potencialmente revolucionário, algo que o aproxima neste tópico da leitura de Caio Prado desenvolvida muitos anos depois. BASBAUM, Leôncio. *A Caminho da Revolução Operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934.

²⁵Para uma aproximação deste debate em relação ao autor, ver: PRADO Júnior, Caio. *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968 e *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

²⁶WOLF, Eric. *As Guerras...* op. cit. p. 10 e ss.

²⁷FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

intelectual de uma trajetória singular que elaborou um clássico instigante na apreensão da particularidade camponesa bem como sua problematização no processo revolucionário e que veio a influenciar decisivamente vários grupos de esquerda no Brasil dos anos 60.²⁸ Sem nos aprofundarmos em relação a este último autor (embora uma leitura fascinante, em sua obra, os camponeses polemicamente estão mesma dimensão dos marginais e do lumpemproletriado), podemos perceber somente por estes apontamentos que o debate sobre a dimensão política do campesinato ainda possibilita vários desdobramentos.

Nesta linha de análise, Eric Wolf já apontava no estudo sobre as várias fases das revoluções burguesas ou socialistas, a importância de análise destes processos históricos bem como a distinção necessária entre a propriedade e sua relação com o mercado e as populações, para então procurar levantar a especificidade do camponês quando falamos de revolução camponesa e principalmente, nas suas origens e na distinção e especificidade dos movimentos revolucionários. Ele também aponta para a importância dos grupos de mediação que se situam entre o camponês e a sociedade mais ampla, ou seja, o proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote, nas relações sociais, políticas e econômicas e que terão papel crucial na vida camponesa e no envolvimento do campesinato nas sublevações políticas. Ao que parece, ele se aproxima e ao mesmo tempo discorda de Hobsbawm quando afirma que:

Os camponeses, não raro, abrigam um profundo sentimento de injustiça, mas tal sentimento deve ser plasmado e expresso em organização antes de se tornar ativo na cena política; é óbvio, não será qualquer

²⁸Sobre esta influência, ver GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas, São Paulo, Ed. Ática, 1987; p. 76.

*agitador inexperiente a ser bem-vindo nos círculos da aldeia que tradicionalmente suspeita de estranhos, ainda que vindos da cidade!*²⁹

Para Wolf, a própria concepção de campesinato deve ser entendida como instrumento de análise, apontando para eixos norteadores como sendo populações que dedicam ao cultivo da terra e que tornam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Desta forma podem ser incorporados nesta concepção, os arrendatários, meeiros e posseiros e outras categorias, principalmente enquanto estiverem em situação de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas terras. Ainda assim, ele faz uma ressalva, já que não inclui os pescadores e os trabalhadores sem terra. A história recente do MST no Brasil sugere que este aspecto tem que ser reavaliado na obra de Wolf.

Contudo, ele levanta aspectos polêmicos e interessantes, quando coloca que o objetivo máximo do camponês é a sua subsistência e sua posição social, ressaltando sua resistência em participar do jogo “ameaçador” de mercado, por ser uma garantia de manutenção da família e reprodução social e também da propriedade da terra. É neste sentido, que o camponês se apegua ao esquema tradicional que lhes garante o acesso a terra e ao trabalho de parentes e vizinhos e que, em outras palavras, pode se dizer que ele produz para um mercado de fatores e produtos restritos. Por esta linha de análise, os fatores de produção, Terra-trabalho e equipamentos é objeto de comercialização no mercado com objetivo de auferir a margem de lucro necessária para a compra das mercadorias não produzidas em casa. Wolf aponta que, ao estar inserido no jogo de mercado, às suas leis e a concorrência aberta é um dos aspectos que leva a transformação do Camponês em Fazendeiro. Mas também coloca que,

²⁹WOLF, Eric. As Guerras...op. cit. p. 13.

A transformação do camponês em fazendeiro, no entanto, não é simplesmente questão de orientação psicológica; implica uma modificação profunda no contexto na qual os homens fazem suas opções. Talvez seja precisamente quando o camponês não possa mais confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modelos de vida, que as tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam e desembocam na rebelião camponesa e no envolvimento revolucionário.³⁰

Este processo de tomada de consciência e a efetiva participação na luta revolucionária são apontados pelo autor, como permeado por dificuldades específicas de suas condições de trabalho. Ao contrário de uma fábrica, que abriga em uma linha de produção, um grande número de operários; o camponês trabalha solitariamente em sua terra, sendo ao mesmo tempo, um concorrente aos recursos existentes externamente. No entanto, ele coloca outros fatores correlatos como;

- A tirania do trabalho é também um fardo, já que associa seu cotidiano, a um planejamento anual de difícil alteração,
- Seu controle da terra, voltado a uma produção em sua grande maioria, de subsistência,
- Laços de parentesco e auxílio mútuo, que atenuam choques desarticuladores,
- Interesses comuns entre as várias categorias de camponeses, que resultam em última instância, em alinhamentos de classe,
- E por fim, o que ele coloca, como sendo sua “exclusão” de participação de decisões exteriores ao meio que vive.³¹

³⁰WOLF, Eric. As Guerras... op.cit.p.15.

³¹WOLF, Eric. As Guerras... op. cit. p. 347.

Wolf é taxativo ao colocar que em última análise, o fator decisivo que torna possível uma rebelião camponesa, está na relação do campesinato com o poder que o circunda. De certa forma, podemos confrontar sua leitura ao mesmo tempo com as teses de Hobsbawm e Martins, quando Wolf sinaliza sobre a impossibilidade do camponês pobre elaborar uma ação táctica de ruptura, sendo que (e aqui reafirmado o caráter Pré-político) podem tomar partido de uma rebelião, a não ser que possam confiar em um poder externo para desafiar o poder que os constrange.³²

Para ele, a única categoria do campesinato possuidora de força interna é o “camponês médio e o de área periférica”, especialmente devido ao fato do primeiro possuir a terra e ao segundo, que mesmo não tendo às condições de subsistência características do primeiro, possui de outros meios de subsistência um grau maior de liberdade de atuação. O próprio autor sugere para um paradoxo, já que, este extrato social é reconhecidamente conservador e tradicional. Wolf também chama atenção para o fato, ao estar inserido e vulnerável às dificuldades de sobrevivência de uma economia capitalista que o confronta e principalmente, pelo fato, de estarem expostos à influência do proletariado urbano, é uma categoria social que pode ser um fator determinante em um processo revolucionário. Segundo ele:

*“Provavelmente, o que produz atividade revolucionária não é tanto o crescimento de um proletariado industrial quanto o desenvolvimento de uma força de trabalho industrial ainda estreitamente ligada à vida da aldeia”*³³

³²WOLF, Eric. As Guerras...op. cit. p. 345.

³³WOLF, Eric. As Guerras... op. cit. p. 345.

É um fator de mobilização e contestação potencialmente revolucionário, mas que o próprio Wolf coloca a partir dos estudos de várias revoluções camponesas, seu caráter limitado e dependente, já que afirma:

*“Uma rebelião camponesa que tem lugar em uma sociedade complexa, já envolvida na industrialização e na comercialização, tende a ser auto-limitadora e, portanto, anacrônica”*³⁴

As lutas camponesas, conclusivamente na sua tese, dissociadas de uma causa nacional, se limitam ao isolamento regional. Isto será central em nossa leitura. É característica destes processos sua correlação com fatores de origem externa envolventes e principalmente, no momento de ação (ou reação) que o propicia, terá por conseqüência uma alteração na estrutura da sociedade. Ainda que revalorizado neste contexto, o camponês continua sendo identificado preponderantemente como subalterno ao proletariado em várias abordagens teóricas. Para Martins, o problema está no que ele denominou *grupos de mediação* e Hobsbawm acrescenta que os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua dificuldade real está em distinguir movimentos políticos mais amplos. No caso brasileiro, Martins trabalha intensamente a questão da “luta pela terra”, o que por si só, não abrange todas as categorias do campesinato brasileiro.

E a luta pela terra é um instrumento dessa reinvenção, que rompe velhas relações de dominação que questiona um direito de propriedade

³⁴WOLF, Eric. As Guerras... op. cit. p. 352.

*iníqua, que demole pactos e alianças políticas convencionadas sem a participação dos interessados.*³⁵

Nisso está a complexidade do problema rural e esta assume a sua magnitude em toda sua extensão, sendo que seus expoentes gradualmente verificam que suas reivindicações estão intrinsecamente relacionadas. Esta questão pressupõe um estudo profundo, que não seja delimitado ao nível da estrutura; mas também ao nível da superestrutura. E não são poucas as contribuições a este debate, que possuem particularidades semelhantes ao processo rural brasileiro. Ianni comenta:

*Mas o movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ela compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua, o dialeto, a etnia ou a raça entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e de suas lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, e ao mesmo tempo, uma luta pela preservação conquistada e reconquistada de um modo de vida e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em conta, como componentes de um modo de ser e viver.*³⁶

Por fim, uma outra contribuição significativa ao entendimento desta problemática objetivando incorporar essas últimas variáveis verifica-se com Teodor Shanin que, em um primeiro momento, procurou realizar um profundo estudo “antropológico e político” (no que o diferencia substancialmente de Chayanov), de levantamento da heterogeneidade do campesinato russo, particularmente na sua estrutura social. Ele verificou que a Rússia majoritariamente rural-tradicional e, portanto, tradicionalmente complexa estava sofrendo os reflexos de um processo de urbanização acentuado (parecido com o processo brasileiro pós 50), sendo este estimulado por uma política industrial que é majoritariamente estatal.

³⁵MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar este verão, Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

³⁶IANNI, Otávio. Dialética e ... op.cit. p. 110.

É a transformação de uma sociedade feudal em uma sociedade capitalista moderna.³⁷

Neste sentido, o campo veio a ser submetido durante várias décadas a vários processos e tentativas de modernização, onde o fosso da sociedade rural e urbana aumentou. Para ele, estas tentativas de transformação (ao qual destaca Stolypin) não foram bem sucedidas, em razão do desconhecimento da realidade e da complexidade do meio rural em seus contrastes, costumes e ao modo de produção tradicional. Um outro aspecto interessante por ele apontado, é que a industrialização (em suas diversas fases e períodos) se realizou às custas e em detrimento do sobrecarregado setor camponês. Para Shanin, foram os fatores que possibilitaram ao campesinato reagir com uma inimaginável coesão política e capacidade de ação. Fundamentalmente, a negociação das diferenças e do problema camponês não foi assimilada, sendo que o fosso até então existente, aumentou a partir da industrialização quando implantada pelo alto a partir de Stalin.

Shanin problematiza esta questão, procurando enfatizar outros aspectos (ou seja, não somente categorias econômicas) na relação dos conflitos e modelos sócios econômicos no meio rural. Ele levantou outros elementos determinantes, como a “mobilidade cíclica” e a “diversidade social”. Ao polemizar com outras teorias e suas contribuições teremos um escopo de uma nova sociologia. No seu trabalho, ele contribui ao debate de modo significativo ao procurar levantar os aspectos do “modus vivendi” do campesinato russo e apontar em um estudo antropológico aprofundado, elementos em que a casa camponesa russa tem por particularidade principal, *a integração total da família com a propriedade*. Os aspectos característicos, ou seja, a composição familiar bem como os modos de

³⁷SHANIN, Teodor. A classe incômoda/ A casa camponesa russa na virada do século. (mimeo).

produção estão intimamente relacionados aos membros que trabalham; ao patriarca (o que inclui o processo de reprodução), a tradição, o trabalho familiar, bem como a necessidade de sobrevivência. É especialmente ressaltado o caráter comunitário e coletivo ao qual o sistema se assentava (e reproduzia) já que significava a estabilidade da estrutura social do Império russo, principalmente em razão da sociedade dual existente, com poucas linhas de intersecção.³⁸

Eric Wolf apontaria neste caso, para uma mediação central: a atração e expressão do Partido Comunista Russo que forneceram elementos viabilizadores de um processo de transformação social, especialmente quando da tomada do poder de Estado em um quadro de ebulição revolucionária, que permitiu a conjugação de várias forças em um projeto comum ou de conveniência pontual. E faz uma ressalva que só aqui o Partido, como entidade à parte, vem dominar as outras organizações suscitadas pela revolução.³⁹

Nesse sentido, o debate sobre o campesinato e a política remete a uma outra esfera de análise, embora correlata. Ou seja, apesar de algumas tentativas de análise, verifica-se por um lado, a complexidade do processo histórico em questão; e por outro, no caso brasileiro, exceto em momentos pontuais, não ocorreu ou não foi possível uma unidade de ação dos vários agentes envolvidos. Tudo indica que no Brasil, especificamente, o processo pode ser também contabilizado às debilidades orgânicas e as crises decorrentes das várias situações políticas que refletiram fortemente no PCB. Mas também devemos avaliar como decorrente desta debilidade, a heterogeneidade das formas de produção no campo e; na sua origem, ao debate indefinido sobre a formação econômica capitalista ou pré-capitalista, bem como a conseqüente e questionável incorporação das várias

³⁸SHANIN, Teodor. A classe incômoda/ A casa camponesa russa na virada do século. (mimeo).

³⁹WOLF, Eric. As Guerras...op.cit. p. 356.

categorias de trabalhadores rurais existentes denominadas em seu conjunto de campesinato, a uma única estratégia de ação.

Conjuntamente, é bem provável que a razão destes impasses decorra a debilidade do Partido Comunista como organização político-partidária no processo de intervenção, especialmente quando verificamos a dificuldade de elaboração e por conseqüência, à falta de um projeto político/estratégico para o equacionamento da problemática no campo em uma situação de clandestinidade. Isso também se apresentou na reflexão teórica sobre a problemática camponesa. Ou seja, se não podemos negar ou ignorar as debilidades de muitos destes trabalhos teóricos elaborados sobre a questão, vale ressaltar que esta debilidade era inerente à universidade como também a cultura brasileira, sem excluir, portanto, a contribuição ao debate realizado por outros pensadores marxistas.⁴⁰ Por isso, para situar esse debate e esta problemática, um parêntese se faz necessário.

Historicamente, mesmo partindo de pressupostos clássicos da obra de Marx, o PCB elaborou uma teoria revolucionária que em muitos momentos apontava, de fato, para uma descontextualização no processo de intervenção de seus militantes no cenário nacional bem como na análise do modo de produção econômica e social do Brasil. Provavelmente, o equívoco maior, foi a generalização deste conjunto de categorias e seu enquadramento na “revolução Democrático-burguesa e antifeudal”, procurando buscar no contexto revolucionário russo do começo do século, e depois, sob influência da III IC, a sua correspondência no conjunto da realidade brasileira. Essa incapacidade de autonomia do PCB e de seus intelectuais, segundo Del Roio, refletiu decisivamente na “*inviabilização*

⁴⁰Uma referência para perceber a complexidade desse debate entre os intelectuais do PCB, pode ser vista em SANTOS, Raimundo. Questão agrária e política: Autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

de uma alternativa nacional-popular”⁴¹. Isso, no entanto, não retira o mérito e os esforços teóricos empreendidos em suprir essas lacunas no processo de intervenção, em especial, em 02 trabalhos originais e referenciais do período 20-40, ‘*Agrarismo e Industrialismo*’ de Octávio Brandão e o já sinalizado anteriormente “*À Caminho da revolução operário Camponesa*” de Leôncio Basbaum bem como alguns raros e recentes documentos sobre a questão agrária na reflexão comunista no Brasil.⁴²

O período que nos interessa diretamente - 1950-1964 -, a questão agrária para o Partido Comunista Brasileiro também ficou caracterizada por esses vários e inconclusivos impasses teóricos e políticos. Ao que parece e refletindo as teses e nuances do período anterior, essa problemática foi objeto de abstrações e conceitos que sugeriam o encaixe na realidade nacional daquelas categorias analíticas relativas ao debate marxista da III IC e sem dúvida, resultou circunstancialmente em conseqüências graves para a massa camponesa, particularmente nos anos 50, quando os militantes comunistas procuraram colocar reivindicações imediatas de modo secundário no processo revolucionário. Isso, inegavelmente, tencionou seus militantes, mas foi neste contexto extremamente rico, complexo é que originou dialeticamente a teoria e a prática revolucionária do PCB presente no final dos anos 60. Os reflexos do período anterior, seguramente ainda estavam presentes, tanto é que era corrente apontar o equívoco maior desta análise era aquela que sinaliza a existência do capitalismo no Brasil somente a partir de 1958 (já que então era negado pelo PCB), e que este foi

⁴¹DEL ROIO, Marcos. A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB – 1928/1935. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1990, p. 13.

⁴²BRANDÃO, Octávio. Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil. Buenos Aires: s/ed, 1926; BASBAUM, Leôncio. A Caminho da Revolução Operário-camponesa. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934.

precedido de uma fase feudal, e mesmo que ainda havia resquícios feudais no campo.

Todavia, essa polêmica sobre os modos de produção ainda está presente na virada do século XXI; embora haja um virtual consenso político e ideológico construído na academia brasileira – particularmente no pós 64 - pontuando que o sistema feudal ou semi feudal nunca tenha existido de fato no Brasil, ou mesmo, fosse admitida essa possibilidade ou que tenha ocorrido em determinados períodos históricos, quiçá, aspectos análogos. De qualquer forma, se por um lado, essa teoria significou para os militantes comunistas que a mesma fosse apreendida como um dogma; vale mais uma registrar, por outro lado, que isto não se fez sem grandes controvérsias.⁴³ Vamos a alguns apontamentos.

Entre algumas linhas de interpretação diferenciadas que influenciaram setores do PCB ao longo dos anos 60, temos inicialmente a leitura de Caio Prado, que historicamente polemizou com as teses clássicas sobre o modo de produção feudal no Brasil, apontando para uma reavaliação crítica bem como os impasses e nós relativos à incorporação destas categorias em uma teoria revolucionária até então vigente. Em seus trabalhos teóricos, Prado já questionava criticamente a Parceria como sendo uma categoria de natureza feudal e constitutiva desta fase no meio rural brasileiro, sendo que, no Brasil, expressava de forma diferenciada do modelo clássico europeu, bem como suas derivações como a “meia” e a “terça” que refletiam uma relação de emprego, com remuneração em espécie. O autor entendia que, a relação assalariada que teve

⁴³Vale o registro do recente e muito bem construído trabalho de Figueiredo que recupera a complexidade da temática, e, de certa forma, a inconclusividade desse debate. FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modo de ver a Produção no Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas, Sp: Autores Associados, 2004. Entre outras contribuições sobre esta problemática, ver: LAPA DO AMARAL, José Roberto. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980; HIRANO, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1987.

programaticamente sua regulamentação como ponto de programa de luta pelo Partido Comunista, acontecia somente na lavoura de algodão em razão de suas particularidades.⁴⁴

Um outro aspecto relevante nesta leitura é que Prado sustenta que a base de origem da grande propriedade rural no Brasil é a natureza da exploração comercial em larga escala, sendo que o escravo foi um fator determinante. Somente a colonização estrangeira no sul do país, é que veio a constituir-se em uma exploração camponesa, que poderia se traduzir por uma exploração parcelaria e individual de pequeno produtor que trabalha em terras próprias, suas ou arrendadas, mas reduzida no contexto nacional. Para o autor, quando o PCB insistia em levantar estes restos feudais, incorreria no equívoco da generalização do conjunto das lutas dos trabalhadores rurais e quanto a forma de ocupação da terra.⁴⁵ Ele concluiu que, somente em três setores da economia rural agropecuária brasileira poderia apontar de forma diferenciada a questão da terra. O primeiro setor, encontrado na região Nordeste; seguido pela ocupação de terras virgens nas zonas de expansão do país, como o oeste paranaense e o norte de Goiás e por fim, os setores com a expansão da pecuária que necessitam de grandes extensões de terras para o gado. Nestes três setores é que Caio Prado avalia a impossibilidade de incluir restos feudais e que, tem por característica comum, a luta pela terra.⁴⁶

De forma ainda hoje polêmica há em contrário as reflexões de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Nelson Werneck Sodré nos fornece uma exposição condensada de sua obra e do significado do feudalismo em nosso processo histórico em um de seus últimos livros,

⁴⁴PRADO Júnior, Caio. A Revolução Brasileira... op. cit.; p. 31 e ss.

⁴⁵PRADO Júnior, Caio. A Revolução Brasileira... op. cit.; p. 31 e ss.

⁴⁶PRADO Júnior, Caio. A Revolução Brasileira... op. cit; p. 31 e ss.

*Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*⁴⁷. Nesta reflexão contemporânea, Sodré valoriza a antiga polêmica sobre essa questão, e, não admite a possibilidade de o capitalismo ser uma realidade advinda do início da colonização no Brasil. O autor reafirma nesse sentido, a tese da existência de uma particularidade histórica brasileira, configurada na presença de *relações feudais* e até admitir a existência de *restos feudais* contemporâneos em nosso processo histórico, tendo por resultado, o conceito de *regressão feudal*. Esta última categoria analítica adquire centralidade em sua obra.

Nesta perspectiva é que se pode apreender em sua leitura, o conceito de feudalismo e sua originalidade como pensador que significa propiciar uma nova substância ao conceito que, vale ressaltar se apresenta em sua obra de forma diferenciada dos clássicos.⁴⁸ É um aspecto singular na sua reflexão teórica nessa fase inicial de sua obra, já que o feudalismo para o historiador também se dissocia das pontuações de uma leitura marxista e, portanto, das teses da *III IC* e do *Modelo Democrático burguês* como é comumente associada por seus críticos à fundamentação de suas teses mais conhecidas. Em sua elaboração teórica posterior – já como pensador marxista –, Sodré apreenderá como expressão mais elaborada do conceito de feudalismo e como referencial de sua leitura sobre os modos de produção no Brasil, um autor que ele foi pioneiro em apreender, Mariategui. Esta leitura nos possibilita mais uma vez, contestar a crítica de que sua reflexão teórica é uma transposição pouco original das teses e conceitos da III Internacional. Mas não há dúvidas de que esse aspecto, já era uma polêmica processual e em construção em sua obra, e tais tensões e

⁴⁷SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

⁴⁸Está leitura pontual que apresento, foi desenvolvida anteriormente em um sub-capítulo de meu livro que analisa a obra de Nelson Werneck Sodré. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan: Fapesp, 2002.

impasses teóricos ainda estarão presentes até 1958; em que pese, percebe-se que foi inclusive, a partir daqueles apontamentos e aquela experiência, que propiciaram ao autor, elementos de reflexão para se pensar *Revolução Brasileira* como categoria de análise.⁴⁹

Temos ainda a leitura de Alberto Passos Guimarães, que talvez tenha sido o intelectual que mais influenciou as teses do Partido Comunista Brasileiro sobre a questão agrária no final dos anos 60 como bem sugere o recente trabalho de Santiane Arias sobre a *Revista Estudos Sociais*⁵⁰. Passos apresentava em artigos e posteriormente em livros o modo de produção feudal como uma característica desde o descobrimento do Brasil, secundada economicamente pelo escravismo em uma fase posterior, debate que, segundo ele, adquiriu contornos variados e diferenciados ao longo de nossa história. Entre as várias polêmicas que o autor sustentou em fins dos anos 50 e início dos anos 60, ele foi especialmente ativo no debate constituinte do modelo democrático burguês, sendo que, seu livro mais conhecido publicado em 1963 - *Quatro Séculos e Latifúndio*⁵¹-, é segundo Santos, a expressão mais acabada da tese de feudalidade incorporada pelo PCB⁵². Para este último, associado à retidão intelectual de Passos, intimamente colado a ortodoxia econômica, o livro sugeria o esvaziamento da tese circulacionista (contrapondo leituras - como a de Caio Prado - de

⁴⁹Para uma apreensão desse debate, ver os seguintes trabalhos do autor: SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. 1ª edição, 1958. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967; Formação Histórica do Brasil. 1ª edição, 1962. 14ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Grahia, 2002; História da Burguesia Brasileira. 1ª edição, 1964. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

⁵⁰ARIAS, Santiane. A Revista Estudos Sociais e a experiência de um marxismo criador. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2003; SANTOS, Raimundo. Questão agrária e política... op. cit., p. 18.

⁵¹GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio, 6ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

⁵²SANTOS, Raimundo. SANTOS, Raimundo. O Pecebismo Inconcluso: escritos sobre idéias políticas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Rural, 1994, p. 89 e ss; Questão agrária e política... op. cit., p. 18.

um capitalismo advindo do período colonial) no sentido de valorizar a questão camponesa no Brasil na perspectiva clássica⁵³, sem, no entanto, abster de incorporar algumas idéias do pensamento renovador característico daquele momento de transição. Como foi sinalizado, embora haja sugestivos consensos em contrário⁵⁴, inegavelmente, a reflexão sobre a factibilidade de uma etapa feudal (ou semi-feudal) no Brasil ainda encontra vitalidade teórica e interlocução extra-muros acadêmicos, não somente pelas sucessivas reedições das obras seminais desses 2 pensadores (e foram muitas no pós 64), mas também pela reavaliação dessa problemática em trabalhos de fôlego recém elaborados como *O Feudo – a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*, de Moniz Bandeira.⁵⁵

⁵³Raimundo. Questão agrária e política... op. cit., p. 18.

⁵⁴Sedi Hirano, referindo-se a Alberto Passos afirmou, olímpicamente, que a produção histórico-sociológica paulista das décadas de 60 e 70 já tinha se encarregado de refutar a tese da interpretação feudal. Por sua vez, João Pedro Stedile, na introdução do mais recente a Questão Agrária no Brasil, Vol, (que compõe uma série) pontua que apenas na década de 70 se estabeleceu uma leitura *quase consensual* sobre o Escravismo Colonial como modo de produção no Brasil. HIRANO, Sedi. Pré-Capitalismo e Capitalismo...op. cit., p. 65; STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946 – 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17.

⁵⁵A título de ilustração, Formação Histórica do Brasil de Nelson Werneck Sodré encontra-se na 14ª. edição (2002), e, Quatro Séculos de Latifúndio, de Alberto Passos Guimarães na 6ª. edição (1989). Recentemente estes autores, Nelson Werneck Sodré em especial, começaram a ser reavaliados e debatidos na universidade brasileira. João Quartim de Moraes no prefácio ao recente livro de Figueiredo, crítica a leitura circulacionista de Caio Prado Júnior - *um enorme contrabando teórico*, segundo ele -, que refletiu na tese de um capitalismo advindo da colonização bem como na leitura de que a luta pela terra tivesse importância e mesmo, que a reforma agrária fosse necessária. Ele assim finaliza sua análise: '*Os fatos, porém são cabeçudos: não tendo sido notificados, pela leitura de A Revolução Brasileira, de que a luta pela terra não estava inscrita na evolução da sociedade brasileira, um grupo de militantes do campo resolveu criar o MST...*' Já Moniz Bandeira, em livro de 2000, mais uma vez recoloca a problemática das relações feudais na história do Brasil e reafirma sua presença histórica a partir do acompanhamento da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, família latifundiária que ao longo de 3 séculos teve significativa importância no Nordeste, abarcando com sua presença vários Estados. MORAES, João Quartim. Prefácio in FIGUEIREDO, José Ricardo. Modo de ver a Produção no Brasil...op. cit., p. 10; MONIZ BANDEIRA, L. A. O Feudo – a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Editora. Civilização Brasileira, 2000.

Além desses autores (Sodré e Passos), podemos perceber que o campo apontava para os intelectuais pecebistas para outras reavaliações críticas quanto às formas de ação e compreensão teórica sobre a realidade brasileira e que, decisivamente, incorporava novas bases de um programa político. Como indicativo desta reflexão militante e deste esforço de intervenção, temos – paralelos aos trabalhos sinalizados anteriormente -, os *textos dos anos 60*⁵⁶, conjunto de ensaios elaborados neste fértil período histórico de incorporação teórica e prática das experiências acumuladas dos anos 50 por vários intelectuais pecebistas entre eles Mário Alves, Nestor Vera, Rui Facó, Carlos Marighela, grupo este que ficou conhecido por *Corrente Esquerdista de Vanguarda*⁵⁷, todos com uma longa ação militante no Partido Comunista e no movimento social. O objetivo deste debate, era a superação e a crítica necessárias a uma nova compreensão sobre a questão agrária no Brasil e o papel do campesinato no processo revolucionário e que, particularmente nos ensaios de Mário Alves, Nestor Vera, o camponês adquire centralidade. Nestas leituras havia uma reavaliação de alguns aspectos que começavam a ganhar relevância no debate político à época, ou seja, o papel a ser desempenhado pela burguesia e a questionabilidade da luta armada.

⁵⁶A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: Textos dos anos 60. Por Carlos Marighela... (et al). São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980.

⁵⁷Paulo Cavalcante, militante comunista histórico, autor de várias obras sobre o PCB é quem aponta na polêmica com Caio Prado o que denominou como *Corrente Esquerdista de Vanguarda* in “Os Equívocos de Caio Prado Júnior”, confirmando a existência desta corrente de pensamento interna onde cita especificamente, Rui Facó e Nestor Vera. Também nesta linha crítica e indicativa da existência desta corrente, temos a reflexão de Alberto Passo Guimarães em um texto intitulado ‘As Três Frentes de luta de Classes no Campo Brasileiro’ de 1960 que, numa passagem, refere-se aos equívocos dos companheiros de posição ‘*esquerdista*’, citando especificamente Nestor Vera. CAVALCANTE, Paulo. Os Equívocos de Caio Prado Júnior. São Paulo, Ed. Argumento, s/d; p.8/9; GUIMARÃES, Alberto Passo. As Três Frentes de luta de Classes no Campo Brasileiro in SANTOS, Raimundo. Questão agrária e política... op. cit., p. 76.

Entretanto, no período 1950-1964 podemos apontar para algumas conclusões: seguramente, a revolução camponesa não chegou a se definir como um projeto para o conjunto do PCB, pois era o Proletariado Industrial, aliado as forças mais dinâmicas da chamada burguesia progressista que seriam os vetores da revolução. Tudo indica que o ponto máximo que se objetivava naquele momento era uma reforma agrária radical, e que se configurasse, teria por resultado uma profunda transformação da terra. Malgrado essas debilidades, permanece o mérito destas intervenções e o pioneirismo com que estes estudiosos procuraram desenvolver uma teoria que se aperfeiçoaria na práxis do meio rural brasileiro.⁵⁸ As conseqüências, no entanto, foram de outra ordem. Para Bernadete Aued, o Partido Comunista Brasileiro,

*Ao ter que enfrentar as questões sociais resultantes das transformações nacionais e internacionais enredou-se nas propostas desenvolvimentistas e acabou por encaminhar propostas reformistas setorializadas.*⁵⁹

Esta colocação, ainda que aponte para uma análise de conjunto de uma estratégia moderada de ação e que é incorporada ao debate acadêmico, remete na verdade a uma outra concepção de “Revolução Democrático-burguesa” e que a rigor permeou em sua linha de ação, praticamente toda a

⁵⁸Dentre os trabalhos que influenciaram esta linha de pensamento e a elaboração de estratégias de intervenção de algumas organizações de esquerda e seus militantes, principalmente o PCB até meados da década de 60, ver bibliografia. Este debate, no entanto, também permeou correntes do pensamento conservador brasileiro, sendo que, em relação aos autores da Historiografia clássica e tradicional que advogaram uma fase Feudal no Brasil, podemos citar: Varnhagem, Pandiá Calogerás, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, etc. Vale igualmente sinalizar que o debate comunista não se esgotou, já que outras interpretações se seguiriam no pós 64 a exemplo do já clássico Escravismo Colonial de Jacob Gorender. Ver especialmente FIGUEIREDO, José Ricardo. Modo de ver a Produção no Brasil... op. cit., p. 19 a 242; HIRANO, Sedi. Pré-Capitalismo e Capitalismo... op. cit., p. 33 a 41; GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1980.

⁵⁹AUED, W. Bernadete, Questão agrária... op. cit. p. 13.

história do PCB como também coabitou – paralelamente - com o amadurecimento de algumas estratégias setorializadas internas que se desenvolveram e superaram a linha oficial do Partido. Isto se deve as particularidades de atuação do Partido Comunista nas várias regiões do país, onde de acordo as características regionais e as exigências políticas do momento, contribuíram para que muitos militantes empreendessem a luta revolucionária na sua variante armada ou inserida no debate político institucional. Como bem coloca Wolf: o esquema de organização ganha força, quando engajado em combate.⁶⁰

Deste impasse, permanece ainda o desafio da análise dos agentes de mediação na elaboração teórica e intervenção social objetivando a superação e construção de uma nova ordem, sendo esta, uma questão e um processo que permanece inconcluso, até porque, como bem sinaliza Ianni:

...não é necessariamente uma ruptura abrupta, total, violento. Pode ser lenta, desigual, contraditória. Sempre engendra ou dinamiza forças adversas, contra-revolucionárias. Vem de longe, vai longe. Em geral, é larga a gestação e a duração do processo revolucionário, a despeito dos seus sinais mais visíveis, espetaculares, dramáticos, épicos.⁶¹

Neste livro – versão consideravelmente revista de minha dissertação de mestrado defendida em 1994 -, particularizo não somente as contribuições dos vários pensadores citados de uma tradição marxista para aprender a problemática do campesinato e a política, mas também valorizo para a compreensão deste objeto um eixo teórico – metodológico em Gramsci a fim de resgatar o movimento de Formoso e Trombas, a intervenção do Partido Comunista Brasileiro no fértil período de 1950 – 1964 e o campesinato; ou melhor, uma de suas especificidades, os posseiros, a partir da mobilização na luta pela terra. Este pressuposto está

⁶⁰WOLF, Eric. As guerras...op. cit. p. 357.

⁶¹IANNI, Otávio. Dialética e ... op.cit. p.110.

associado a um processo de mobilização inseridos numa estratégia revolucionária impar, que em última instância, seria o ponto de partida para a revolução brasileira.

Há, todavia, uma particularidade do PCB que se faz necessário visualizar: a tensão entre a teoria e a prática, as deliberações da Direção Nacional e as bases partidárias e nela, a presença majoritária de militantes no movimento operário. Isso é significativo de sua própria história. Como mesmo pontua Leôncio Martins numa pesquisa sobre o Partido Comunista e sua organização:

*O Partido sempre contou com muitos operários na sua base e nos seus organismos intermediários. Provavelmente, entre todas as correntes de Esquerda (excetuando os anarquistas) foi o PCB que teve mais operários e membros das classes populares em suas fileiras.*⁶²

Por conseguinte, isso levou alguns estudos a apontarem corretamente o seu caráter majoritariamente urbano e que, a rigor, não é uma análise equivocada. Podemos até partir do pressuposto que o Partido deveria ter dado uma maior atenção à organização dos camponeses, ainda que fosse uma contradição, já que o proletariado é historicamente para o movimento comunista a vanguarda revolucionária. Há, no entanto, um outro aspecto: a falta de militantes e quadros de Partido do e no campo era uma característica daqueles tempos. Muitas dessas leituras não contemplam ou refletem algumas tentativas do PCB de superação desta lacuna exemplificadas em políticas de intervenção ou mesmo em propiciar cursos para seus militantes realizadas no período. Na pesquisa citada, Leôncio Martins Rodrigues recupera elementos conclusivos interessantes quando coloca que:

⁶²MARTINS Rodrigues, Leôncio. “O PCB: Os Dirigentes e a Organização”, in História Geral da Civilização Brasileira-Vol. 10, São Paulo, Difel, 1985, p. 434.

Entre os trabalhadores rurais (campesinato) que teoricamente deveria ser, ao lado do proletariado, sua principal base de apoio, a ação do Partido foi mínima. No conjunto de seus dirigentes, apenas Nestor Vera aparece como líder “camponês”. O PCB foi sempre um partido eminentemente urbano. Isto não quer dizer que não tivesse havido esforços e pequenos êxitos de penetração no meio rural...” [...] “cumpre notar que as condições gerais do meio rural brasileiro, até a década de 60, eram brutalmente desfavoráveis para quaisquer tentativas de mobilização política e sindical das populações rurais que objetivassem desafiar a coligação dos grandes proprietários e do poder público local.”⁶³

Tudo indica que este esforço foi insignificante frente às condições de atraso do campesinato brasileiro; a sua complexidade em si; à repressão em maior escala no meio rural e principalmente, à falta de um eixo norteador de análise da problemática de intervenção pautada em um programa coerente e principalmente, a dimensão da tarefa proposta. Mas, inegavelmente, como foi apontado, havia um profícuo esforço teórico de superação no entendimento dessa problemática, em especial nos fins dos anos 50 e daí sugerimos uma hipótese: o campo penosamente apontava para uma reavaliação crítica sobre as formas de ação e compreensão teórica sobre a realidade brasileira que decisivamente, incorporava novas bases de um programa em uma linha marxista a ser elaborada e desenvolvida pelo Partido Comunista e até para o conjunto da realidade brasileira. São vários os exemplos desse esforço teórico que sinalizaremos ao longo desse trabalho e nas muitas intervenções partidárias – entre as quais destaca-se o objeto desse livro, a luta camponesa de Formoso e Trombas -, com resultados diferenciados, mas com lições seguramente aprendidas, ainda que não incorporadas devido ao golpe de 64.

⁶³MARTINS Rodrigues, Leôncio. “O PCB: Os Dirigentes e a Organização”... op. cit., p. 435.

Para este desenvolvimento, retomaremos as pontuações metodológicas postas por Gramsci e que sugerem que a história do Partido Comunista está intimamente associada à história de um país e paralelamente, a trajetória de seus militantes. Em relação ao objeto de estudo específico em questão, o campesinato, isso fica mais evidente no período em questão até 1964, já que o Partido Comunista Brasileiro (exceto pelo final dos anos 60 quando surgem a Ação Popular e as Ligas Camponesas) era praticamente a única organização a enfrentar politicamente e organicamente essa problemática. Ou seja, não é possível dissociar o objeto em questão e em particular, o desafio de aprender o PCB e a Luta Camponesa de Formoso e Trombas do conjunto de mediações posta dialeticamente que o partido esteve inserido e dialeticamente, tendo que se reconstruir e intervir. Mediações conflitantes como o cenário explosivo da guerra fria, o proletariado como sujeito histórico determinante, quiçá preferencial, bem como as políticas de alianças, muitas vezes contraditórias; sem falar dos vieses da linha política ou a orientação contraditória desenvolvida por seus militantes. Isso significa uma tensão entre a teoria e a prática, entre outros aspectos que o PCB esteve inserido em um dos períodos mais dinâmicos da história brasileira. De certa forma essa história é umbilical a história do Brasil e como diria Gramsci, em um de seus últimos trabalhos referenciais sobre essa questão:

‘será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e o setor mais avançado. Logo a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado: tem amigos afins, adversários, inimigos. Só o quadro complexo de todo o conjunto estatal (e frequentemente com interferência internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim,

pode-se dizer que escrever a história de partido significa exatamente escrever a história geral de um país,⁶⁴

Com uma singular relação política, o processo desenvolvido em Formoso e Trombas também remete a uma particularidade histórica, já que os camponeses tinham a base de sua organização, Conselhos de Córregos e uma Associação de lavradores, controlados pelo Núcleo Hegemônico, como gerenciadora de suas necessidades. Vamos pontuar algumas pistas sobre o desenvolvimento do Conselho em Gramsci como indicativo de uma aproximação que veio a ocorrer posteriormente em Trombas; embora isso não signifique que tenha ocorrido uma apreensão de suas reflexões por seus dirigentes e militantes, até porque, esse debate teórico Gramsciano somente se apresentou de forma consistente no Brasil no pós 64.

A reflexão sobre a questão dos Conselhos, o Partido Político e a intervenção do campesinato no processo revolucionário em Gramsci é polêmica, particularmente pela riqueza do contexto histórico que se apresenta essa problemática, bem como pela complexidade dos elementos sócio-econômicos e culturais que o autor procurou incorporar à análise. De certa forma, isto também se reflete em sua leitura sobre o papel do Partido e os sindicatos que tem consonantes variadas e reavaliações futuras objeto de interpretações conflitantes entre interlocutores. Foge, no entanto, aos objetivos desta aproximação, esse resgate⁶⁵, mas ao que tudo indica, é no projeto que se configurou o “Ordine Novo”, que Gramsci iniciou uma reflexão sobre a prática política dos trabalhadores a partir do seu local de trabalho.

O Conselho em Gramsci se apresenta como um sistema de representação e organização que adapta-se à produção e ao local de

⁶⁴GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978; p. 24.

⁶⁵Ver especialmente: Gramsci, A. e Bordiga, *Conselhos de Fábrica*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, p. 35.

trabalho, ou seja, ele avalia a organização dos trabalhadores em uma nova unidade/território que vem a ser o lugar de produção quer seja na cidade ou no campo. Ele passa a visualizar todo o território nacional como uma fábrica, entendido como local de produção onde acaba o conceito de cidadão, que vem a ser substituído por companheiro, multiplicando-se os laços e sentimentos de solidariedade, fraternidade e afeto. O Conselho então viria a ser o embrião de organização a ser estudado e desenvolvido e deveria apontar para o processo de amadurecimento necessário à articulação da classe trabalhadora. Contudo, era fundamental superar nesta fase histórica algumas limitações, como seu caráter extensivo e limitado de arbitragem na relação Capital e Trabalho dentro da fábrica capitalista, para que ocorresse uma efetiva ampliação de organização interna para todos os trabalhadores na fábrica, nos bairros (ou seja, a superação de qualquer tipo de parlamento e representação parlamentar) e, procurar sua integração com organizações semelhantes dos camponeses.

Todavia, ao pensar essa problemática em Gramsci incorporando o Campesinato no processo revolucionário a tarefa é sugestivamente complexa e de certa forma, inconclusiva, algo ainda para ser elaborado; embora o autor nestas leituras procurasse superar no camponês o estigma que sempre lhe caracterizou na concepção marxista clássica: a de ser um inimigo potencial do proletariado em razão de seu atraso histórico e do modo de vida tradicional ou como linha auxiliar (pouco confiável) do proletariado na tarefa de fazer a revolução. Para ele, é fundamental o entendimento do contexto histórico das massas camponesas dentro das características peculiares onde ocorreram processos revolucionários para uma análise marxista da questão.

Nesse sentido, a análise do campesinato em Gramsci na fase inicial de sua obra está inserida no contexto da revolução italiana, sendo que, incorporaria em um segundo momento, uma particular reflexão sobre a

Questão Meridional. Embora, de forma embrionária, Gramsci sinalizasse que a estratégia dos conselhos e a configuração destes como instrumento de ação revolucionária do operariado no local produção era extensível ao campesinato (já que ele apontava nos escritos anteriores à 1920 para a necessidade e a importância de “Conselhos operários e camponeses” e numa estratégia para a formação no Estado Socialista, visualizando um “Conselho Executivo Central”, tendo por significado a articulação dos Conselhos de Fábricas com os Conselhos de Camponeses), percebe-se, no entanto, uma lacuna nesta análise sobre a real concepção de uma política de alianças da classe operária com outros grupos sociais, e de sua viabilização, particularmente em referência à organização do campesinato na sua aliança com o operariado.

A partir das reflexões da Revolução Russa, (onde o movimento revolucionário foi precedido por levantes no campo) e particularmente da Revolução Húngara e Alemã quando ocorreu o abortamento do processo revolucionário por causa do isolamento das cidades, somando-se à análise do quadro italiano, especialmente após os acontecimentos do “Biênio Vermelho”, é que ocorreu uma reavaliação e amadurecimento desta concepção, na medida que Gramsci procurou apresentar ao proletariado uma teoria da revolução e poder operário, e reconhecendo nos camponeses, um componente essencial da revolução. Esta reavaliação pode muito bem ser observada em uma série de artigos intitulados “Operários e Camponeses”, escritos em 1919 e 1920; quando percebeu características semelhantes entre o que ele denominou “sociedades atrasadas do ponto de vista capitalista”, as semelhanças entre Rússia e Itália (bem como em outros países), e particularmente, entre operários e camponeses, e a separação entre cidade e campo.⁶⁶

⁶⁶Sobre este debate ver: GRAMSCI, A. Democracia Operária, Coimbra, Ed. Centelha, 1976.

Gramsci observou ser fundamental analisar a psicologia do camponês para o desenvolvimento de uma ação e estratégia revolucionária que o possibilite a superação do espontaneísmo circunstancial de suas revoltas; ou seja deve haver o necessário entendimento de sua cultura e de suas necessidades, bem como o (re)conhecimento de seus valores. Ou melhor, ele aponta que esta psicologia submissa cotidiana do camponês é tradicionalmente dissimulada, sendo ele um indivíduo alijado e ignorado do processo que o circunda, assumindo também e com frequência o “Banditismo” como expressão de luta de classes. Entender, desvendar esta psicologia para Gramsci, é fator fundamental para a superação deste paradigma.

Ao que parece, mesmo em seus escritos desta fase, e até em alguns artigos anteriores ou naqueles textos posteriores aos acontecimentos do Biênio Vermelho, Gramsci já teria superado a experiência ordinovista. Sem dúvida, a construção do Partido Comunista e a ameaça crescente do fascismo que já se adivinhava no horizonte eram tarefas prioritárias e por esta razão, a reflexão sobre a ‘Questão Meridional’ que poderia sugerir uma reavaliação da problemática dos Conselhos e o campesinato ficou inconclusiva. Ele concluiria provisoriamente neste ensaio que a libertação do campesinato viria em consequência da vitória do operariado, e não em decorrência de aliança entre as duas classes, sendo o campesinato um fator essencial. Ainda assim, poderíamos inferir que em Gramsci o instrumento básico para a mobilização de grandes massas (com ressalva que o autor historicamente refere-se ao operariado como agente principal de dinamização) é o Conselho, sendo o Partido, em última instância, sua força propulsora.

Essa reflexão sobre a Questão Meridional, em grande medida realizada antes de sua prisão, sugere ainda pistas importantes para uma (re)leitura dessa problemática, em que há muitas lições desse processo a

serem apreendidas. Neste, que é um de seus últimos escritos referenciais, Gramsci faz uma importante ponderação sobre a complexidade dessa relação organizacional e que sugestivamente poderia incorporar o campesinato:

*A maior debilidade da organização operária tradicional manifesta-se essencialmente no desequilíbrio permanente (que se tornou catastrófico nos momentos culminantes da atividade de massa) entre a potencialidade dos quadros organizativos do partido e o impulso espontâneo vindo de baixo.*⁶⁷

No caso do objeto desse livro sobre a luta de Formoso e Trombas, vale recordar mais ainda, as vicissitudes do período, ou seja, o rico contexto internacional do movimento comunista mais também seus reflexos no quadro interno brasileiro advindo do contexto de Guerra Fria. Por essa razão, categoria outras como ‘hegemonia, Guerra de Posição e Guerra de Movimento, os intelectuais’ entre outras sugestivamente compõe o eixo metodológico com que nos subsidiamos a apreensão de nossa problemática. Por decorrência, mais um desafio se apresenta, já que, nosso objeto está inserido numa dinâmica em que teoria da revolução elaborada pelo Partido Comunista Brasileiro, foi revisitada e tencionada pela práxis em muitas ocasiões, e no caso do campesinato, era nos anos 50 um novo sujeito a entrar em cena. Isso sem dúvida, refletiu de forma contraditória no cotidiano da política e em particular sobre seus militantes de base seja no campo ou nas cidades.

Dessa forma, outros trabalhos teóricos nos auxiliam a desenvolver essa problemática em que o conceito de autonomia está forçosamente presente entre as várias instâncias do Partido Comunista e seus militantes à época que o objeto deste trabalho se insere; mas em especial, a autonomia é

⁶⁷GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional... op. cit.; p. 117.

necessária para aprender a riqueza dessa tensão entre direções e base, teoria e prática. Por isso, recorremos e valorizamos o conceito recente desenvolvido por Marco Aurélio Santana, ‘*Homens partidos*’⁶⁸, sugerindo por esta via, a idéia de partidos, autonomia regional ou de grupos e mesmo militantes pecebistas que em muitos momentos atuaram autonomamente – por várias razões – ao longo da história do PCB. Em que pese, nesta dicotomia o autor privilegiasse em seu trabalho, a relação do partido com o movimento operário, entendemos que essa dinâmica igualmente se aplica junto ao campesinato e as lutas que o partido esteve envolvido, tendo o agravante em relação a este último, uma lacuna teórica que seria construída duramente na práxis. Como bem coloca Santana:

*Porém, se buscou instrumentalizar o movimento dos trabalhadores no sentido dos interesses partidários, o PCB não logrou fazer isso da forma que queria. Este processo sofreu injunções, desvios e alterações oriundo seja da resistência interna, seja das pressões externas experimentadas pela organização. A implantação das linhas políticas pelo partido não se deu, portanto, de forma lisa e direta; antes, se realizou de forma negociada e perpassada por uma série de condicionantes tais como: o cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem, como resistências estabelecidas pelos trabalhadores e ou pela própria militância comunista, que chegou a gerar, na prática, a existência do que se chamou dois Pcs.*⁶⁹

Nessa particular dicotomia, a particularidade do Estado de Goiás deve ser incorporada a estas variáveis elencadas acima, em especial ao que se refere um PCB Urbano e outro Rural que refletem tensões entre os intelectuais urbanos e camponeses. A crítica que comumente se faz aos agentes de mediação por alguns intelectuais, especialmente o Partido Comunista ter procurado obstacularizar o movimento revolucionário no

⁶⁸SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 39 e ss.

⁶⁹SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos:...* op. cit. p. 21 e ss.

campo, como se fosse uma proposta deliberada e premeditada, perde o sentido e o referencial teórico, a partir do momento que as condições objetivas e subjetivas apontadas em vários estudos de casos, se estavam postas, eram localizadas. Ou seja, parece-me um equívoco apontar o amadurecimento de um Partido e de seus militantes na tentativa de elaborar uma estratégia revolucionária no campo como sendo somente uma proposta interveniente e deliberada de contenção de impulsos dos movimentos sociais no campo.

Por essa razão, entendo que a luta do camponês assumiu no passado e assume no presente várias dimensões com um eixo norteador inalterado, ou seja, além da luta pela terra, também encontra a luta pela preservação de seu modo de vida, de sua cultura, de suas crenças. Deste aspecto, decorre a debilidade de compreensão e o desafio de superação no processo de intervenção dos agentes de mediação. Como recorda Ianni, o caráter revolucionário do campesinato também está na preservação deste complexo que é anticapitalista, assumindo uma postura radical que é revolucionária na defesa de seus valores⁷⁰. É no sentido de contribuir na busca de algumas respostas que se insere a proposta desse livro e apreender a dimensão política do campesinato que é ainda um desafio contemporâneo.

O presente trabalho – versão consideravelmente alterada de minha dissertação de mestrado defendida na PUC/SP em 1994 - está estruturado em 04 capítulos, que se desenvolvem em um eixo analítico que procura incorporar as diferentes variáveis que influíram o PCB no processo de intervenção da luta de Formoso e Trombas no período de 1950-1964. Para uma contextualização desta problemática, faz-se necessário levantar a Cronologia dos Acontecimentos principais, ainda que, com a ressalva que poderá ocorrer uma variação de alguns meses entre um fato e outro e

⁷⁰ IANNI, Otávio. *Dialética e ...* op.cit. p. 110.

eventuais confusões a partir da proximidade de datas de início e finais de anos:

ANO	ACONTECIMENTO
1922	Fundação do PCB
1930	Nomeação de Pedro Ludovico como interventor do Estado
1935	Confirmação de Pedro Ludovico como Governador através de eleição indireta
1936	Fundação do PCB em Goiás
1941	Criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)
1945	Fim do Estado Novo e nomeação de um novo interventor
1947	Cassação do registro legal do Partido Comunista Governo de Jerônimo Coimbra Bueno (1947-50)
1948	Manifesto de Janeiro Cassação do mandato dos parlamentares comunistas
1950	Início do fluxo de camponeses para Formoso Início do conflito fundiário na região Manifesto de Agosto Revolta de Porecatu no Paraná Eleição de Pedro Ludovico (1951 – 1954)
1952	II Congresso Camponês de Goiânia, onde é fundada a UCG: União dos Camponeses de Goiás
1953	Tentativas de equacionamento pacífico em Formoso

	Envio de Geraldo Tibúrcio (PCB) à região
1954	Envio dos primeiros quadros comunistas para fixar posse na região e preparar a organização e a resistência Suicídio de Getúlio Vargas IV Congresso do PCB Eleição de José Ludovico (1955-1958) Fundação da ULTAB Fundação da ULTAG (União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás)
1955	Fundação da Associação dos Lavradores do Formoso Envio de armas à Formoso e início da luta Passagem de um Assistente do Comitê Central (não identificado) Campanhas de mobilização
1956	Luta por toda a região, alternados por períodos de tréguas Passagem de um Assistente do Comitê Central (Ângelo. Arroyo) Denúncia ao culto de Stálin e desestruturação do PCB a nível Nacional e regional Formação dos Conselhos de Córregos (1956-1957)
1957	Envio de tropas a Porangatu com objetivo de invadir Trombas Campanhas regional e nacional de mobilização Instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito referente a Formoso sob pressão de opinião pública

	<p>Envio de Granja (C. C) a Goiás e a Formoso e Trombas</p> <p>Retiradas das tropas da região</p> <p>Vitória dos posseiros</p>
1958	<p>A Associação assume o governo do território</p> <p>Declaração Política de Março</p> <p>Eleição de José Feliciano (1959-1960)</p> <p>Envio de Assistentes do C.C. para a assistência política e também para o envio de armas (até por volta de 1960/61)</p>
1959	<p>Revolução Cubana</p> <p>A Associação é o governo do território</p>
1960	<p>Campanha eleitoral em Goiás e eleição de Mauro Borges</p> <p>V Congresso do PCB</p> <p>Eleição de José Ribeiro, de Formoso ao Comitê Central</p> <p>Guerrilha de Porangatu (início)</p>
1961	<p>Guerrilha de Porangatu (epílogo)</p> <p>Governo Mauro Borges (1961-1964)</p> <p>Renúncia de Jânio Quadros</p> <p>Mudança de nome e estatutos do PCB, que até então se chamava Partido Comunista do Brasil e identificado pela sigla PCB, para Partido Comunista Brasileiro</p> <p>Congresso Camponês de Belo Horizonte</p>
1962	<p>Cisão no PCB que deu origem ao Partido Comunista do Brasil, PC do B.</p> <p>Eleição de José Porfírio Deputado Estadual</p>

1963	Congresso Camponês-Operário-Estudantil de Goiânia Emancipação de Formoso
1964	Golpe de Estado

A configuração dos capítulos está estruturada seguinte forma:

CAPÍTULO I: Este capítulo objetiva resgatar a trajetória do PCB no período, procurando apontar as dificuldades de sua intervenção a partir das debilidades de organização e formação teórica, bem como os impactos decorrentes das várias crises nacionais e internacionais em todo o processo. Também procura apontar as dificuldades de intervenção no campo a partir das diferentes linhas políticas e seu reflexo na militância.

CAPÍTULO II: Tem por objetivo, reconstituir em um primeiro momento a formação do PCB em Goiás e levantar os elementos e as dificuldades de sua inserção no campo até a década de 50. E em um segundo momento, em um quadro de desenvolvimento econômico diferenciado, apreende um novo processo de intervenção do Partido Comunista Brasileiro no campo caracterizado pela erupção de várias lutas e por tensões permanentes entre suas várias direções. Procurei ainda apontar elementos delineadores da estratégia política do PCB e do Comitê Central relativa à luta de Formoso e Trombas, aspectos estes agravados pela crise do XX Congresso bem como o quadro de impasses e a dicotomia entre lideranças intelectuais e camponesas forjadas no processo de luta no conturbado período até 1964. Neste capítulo também procuro demonstrar como políticas de colonização do governo foram instrumentos dinamizadores de conflitos no campo e que, em Formoso, teve a CANG como elemento originário e potencializador e aponta a inserção do trabalho dos militantes comunistas no local. Por fim, recupera o trabalho de

organização do Partido Comunista na região, os vários congressos e as estratégias de luta decorrente da política do Manifesto de Agosto até o IV Congresso quando as atenções se voltam para a luta de Formoso e Trombas.

CAPÍTULO III: Neste ponto, resgata-se o processo de luta na região e a intervenção do PCB no local, procurando apontar as dificuldades de mobilização e organização dos posseiros pelos militantes comunistas enviados ao local. Estes quadros, principalmente, João Soares, José Ribeiro, Geraldo Marques, Dirce Machado vão compor o NÚCLEO HEGEMÔNICO (NH) do PCB em Formoso e Trombas e que permanecerá inalterado até o golpe, embora outros elementos serão incorporados ao longo do processo. O Capítulo também analisa aspectos sobre a polêmica, Associação e os Conselhos e seus elementos constitutivos no processo de luta e organização na região até 1958, que foi o período mais difícil da luta e aponta a complexa articulação existente entre o PCB no local e a Associação – Conselhos, demonstrando que o real poder político estava inserido no Núcleo Hegemônico.

CAPÍTULO IV: Recupera o terceiro momento da luta de Formoso onde se configura o PCB e a Associação no poder político e administrativo do território e a fase de ampla articulação que resultaria na eleição de José Porfírio à Deputado Estadual e José Ribeiro ao Comitê Central. Também analisa a intrigante personalidade e complexa trajetória política de José Porfírio como um elemento e instrumento partidário, polemizando com vários autores que focalizam a luta desta liderança como o elemento decisivo e dinamizador de todo o processo. Avalia-se a complexa relação entre Comitê Central, o Comitê Estadual e o Partido Comunista na região de Trombas em todo o processo histórico, procurando demonstrar o papel

político e interveniente e articulador de alguns setores do CC na condução da luta. Aponta ainda o 4º momento histórico de Formoso e Trombas, onde a crise e os impasses internos no Partido, decorrentes da conquista da terra, a chegada do capitalismo na região e a virtual desmobilização da maioria de seus quadros na falta de um projeto político que prosseguisse nas conquistas obtidas até então. O capítulo também aponta que paralelamente ao debate nacional do PCB, na véspera do golpe verificava-se uma alteração política e estrutural no Estado e que, no local, ocorria uma gradual recomposição interna do partido em Formoso e um embrionário projeto de intervenção cooperativo que foi sustado pelo golpe de 64. E por fim, descreve sucintamente o período pós 1964 e a luta política do Partido Comunista na região e demais forças de esquerda, onde aponta a brutal intervenção na região e as políticas de governo que gradualmente foram alternando a estrutura fundiária de Formoso.

As etapas de desenvolvimento que nortearam a configuração deste trabalho tiveram início a partir de 1987, quando ainda militante do Partido Comunista Brasileiro tomei contato da existência da misteriosa “República de Formoso e Trombas”. A curiosidade aumentava a medida que não se tinham informações significativas na bibliografia existente e poucas eram as informações nos estudos da academia. Também não eram muitas as referências advindas dos quadros comunistas que tinham tido algum contato com o movimento ou conheciam algum militante. Percebia-se que os tempos recentes da ‘Abertura Política’ ainda assustavam e demandavam cautela.

O projeto teve uma fase inicial extremamente importante configurada em um trabalho de Iniciação Científica desenvolvida na PUC/SP, que possibilitou um amadurecimento quanto a complexidade da temática e um estímulo a sua continuidade. Ao longo do Mestrado, o

levantamento bibliográfico foi sendo enriquecido através dos cursos realizados em várias instituições e alguns trabalhos pouco explorados e até desconhecidos que foram sendo incorporados ao conjunto final. Se existe, no entanto, um razoável e até crescente número de estudos sobre o PCB, verifica-se que em sua maioria, são pouco esclarecedores sobre alguns aspectos; prevalecendo em geral, uma postura de crítica negativa sobre seu papel e sua importância no período. Este quadro tem se alterado nos últimos tempos. É paradoxal que, quando o Partido Comunista Brasileiro chegou em 1992 na maior crise de sua história é que começam a aparecer bons trabalhos que tem por objetivo recuperar o papel do Partido no processo histórico. Mas se sobre o PCB em nível nacional o material disponível possibilita um bom manancial de pesquisa, em alguns Estados Brasileiros, este trabalho está longe de ser considerado satisfatório. Neste ponto, o processo de resgate histórico do Partido Comunista em Goiás, aponta para várias dificuldades, já que a sistematização desta pesquisa ainda está por ser realizada. No entanto, foram fundamentais algumas teses recentes que muito subsidiaram esta reflexão. Isto implica, no entanto, uma observação.

Alguns aspectos referentes ao quadro teórico e as dificuldades de resgate histórico envolvidas e interveniente podem ser apontados nos dois momentos referentes à luta do PCB no Estado de Goiás e que tiveram conseqüências na luta de Formoso e Trombas. O 1º remonta o período inicial de 1936 a 1950, portanto o período de sua formação que está intimamente associado ao processo de desenvolvimento do Estado de Goiás e particularmente com a alteração do quadro político e econômico regional, reflexo este de uma nova ordem nacional e o posterior período de redemocratização, onde o Partido teve seu curto período de legalidade até a cassação de seu registro. Nesta fase de reconstrução, percebe-se um PCB majoritariamente urbano e em formação, composto por intelectuais e

fundamentalmente apontado nos trabalhos de Eliane Garcindo Dayrell sobre o partido, ainda que tenha a ressalva da autora, que *não se tratará aqui de avaliar a eficiência revolucionária e sim elucidar a configuração partidária enquanto historicamente verificada através da narração de seus agentes.*⁷¹

É um período rico de apontamentos, sendo que, neste trabalho a reconstrução da história do Partido Comunista e da luta camponesa de Formoso e Trombas foi sendo constantemente adicionada por outras referências bibliográficas bem como algumas entrevistas ao autor objetivando a constituição do eixo epistemológico desta fase inicial, que penso ser fundamental ao entendimento do período posterior. E este, é o período de 1950 – 1964, quando o PCB já na ilegalidade, redireciona seu trabalho político, e a atuação do partido vai se dirigir para o campo, em um quadro político de relativa tranqüilidade nos centros urbanos e fazer frente às dificuldades e hostilidades que o meio rural goiano se apresentava. Mas o período envolveu o PCB (pela linha política em vigor, a atuação de seus quadros, e das lutas decorrentes), a se empenhar e intervir conflituosamente neste processo, ainda que esta fase histórica, apresente muitas lacunas e está para ser reconstruída na sua totalidade.

Em relação a Formoso e Trombas, as dificuldades foram ainda maiores. Vale destacar neste esforço, o pioneiro trabalho de Maria Esperança Carneiro Fernandes “A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”, da UFG, defendido em 1982; como também indicar a contribuição de Janaína Amado in “Movimentos Sociais no Campo. 1948-64”, Pipsa, 1980 e o mais recente, “Eu quero ser uma pessoa”.⁷² Em relação

⁷¹DAYRELL, Eliane Garcindo. O PCB – GO: 1936- 1948, FFLCH/USP, São Paulo, 1984. Introdução e p. 21, Tese de Doutorado em História.

⁷²FERNANDES, Maria Esperança Carneiro. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas, Goiânia, Ed. Ufgo, 1988; AMADO, Janaína. Movimentos Sociais no Campo. 1948 -64, Pipsa, 1980; Eu quero ser uma pessoa (Mímeo).

aos demais livros publicados sobre o Movimento, estes são bem poucos, ainda que importantes e puderam contribuir na reconstrução de todo o processo histórico: Sebastião Abreu, “Trombas, a Guerrilha de José Porfírio” de 1982⁷³, e o romance de José Godoy, “O Caminho de Trombas”⁷⁴, um pouco mais antigo, de 1966. No entanto, todos têm em comum e de certa forma, com um grau maior ou menor, a linha presente na historiografia existente que procura contabilizar ao PCB todos os erros históricos, sem a preocupação de uma análise crítica sobre seu papel e principalmente, as dificuldade de intervenção em um quadro de repressão e clandestinidade. Por esta razão, são poucas referências consistentes do papel do partido e seus militantes no processo. Pode-se notar em especial o trabalho de Abreu, intitulado “Trombas, A Guerrilha de José Porfírio” e que o próprio título aponta a linha de análise do autor que procura galvanizar o processo de luta na figura de Porfírio. Há que registrar 02 belos romances de autores goianos – ‘Nunila’ e ‘O Tronco’ – entre outras teses, dissertações e livros que remetem a pistas interessantes sobre a complexa problemática do meio rural naquele Estado e foram importantes fontes de consulta.⁷⁵

Outras fontes de pesquisa foram às várias reportagens publicadas sobre o movimento em jornais e revistas, como a “O Cruzeiro”, “Manchete”, “Novos Rumos”, “Problemas”, “O Movimento”, “Voz Operária”, “Terra Livre”, “OESP” entre outros. Por fim, temos as referências de teses sobre o processo de desenvolvimento capitalista em Goiás e sobre a Colônia Agrícola de Ceres que vieram a ser um

⁷³ABREU, Sebastião de Barros. Trombas. A guerrilha de Zé Porfírio. Brasília: Ed. Goethe, 1985.

⁷⁴GODOY, José. O Caminho de Trombas, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

⁷⁵BERNARDES, Carmo. Nunila: a mestiça mais bonita do sertão brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 1984; ELLIS, Bernardo. O Tronco, São Paulo, Ed. Francisco Alves, 1985. Sobre os demais trabalhos e estudos, ver bibliografia.

componente fundamental para a compreensão desta problemática, Neste esforço, além das entrevistas ao autor deste trabalho, foram incorporadas à reflexão citados na bibliografia, 06 Inquéritos Policiais Militar, “Arquivo Brasil Nunca Mais”, sendo 4 relativos à atuação do PCB em Goiás e 2 relativos a Formoso e Trombas, localizado na Unicamp, bem como outros documentos sobre o Partido Comunista no Instituto Cultural Roberto Morena.

O trabalho de campo, no entanto, foi o desafio maior e ser superado, especialmente devido às dificuldades em relação aos contatos e as entrevistas com antigos participantes da luta, que ainda tinham receio de falar do assunto. O pequeno número de participantes de todo o processo, a idade avançada da maioria e a seletividade da memória foram problemas que demandaram paciência e persistência. Foram 03 as viagens à região e realizadas várias entrevistas, como também muitas conversas não gravadas, mas que possibilitaram, principalmente a partir da 2ª viagem um resultado gratificante e bem mais proveitoso. Entre os entrevistados que autorizaram a menção, fica aqui o meu agradecimento a José Fernandes Sobrinho, Dirce Machado, José Ribeiro, Sebastião Gabriel Bailão, Bartolomeu Gomes da Silva, Geraldo Tibúrcio. Agradeço a outros militantes do Partido Comunista Brasileiro, especialmente Kalil Dibb, Antônio Ribeiro Granja, Lyndolpho Silva, Salomão Malina, Pedro Renoaux Duarte, Marly Vianna e Marco Antonio Tavares Coelho. Também gostaria de agradecer ao ex-governador Mauro Borges pela entrevista. Além deles, em algumas entrevistas o depoente preferiu o anonimato, mas fica aqui registrado o meu agradecimento.

Ao final, vale registrar um reconhecimento especial à minha orientadora e amiga Vera Chaia. Foram anos de discussão até a fase final do trabalho iniciado ainda na graduação e que muito contribuiu de forma decisiva para esse resultado. A polêmica respeitosa que se estabeleceu, a

confiança que se formou e a amizade como resultado de um profissionalismo acadêmico, palavras escritas naquela ocasião da defesa da dissertação, estão ainda presentes, na medida em que aquele convívio me propiciou uma inserção gratificante no mundo da pesquisa. Quero agradecer a presença e sugestões da banca de mestrado formadas pelos Prof. José Paulo Netto e Elide Rugai Bastos. Com relação a Profa. Elide Rugai devo ainda salientar nestes agradecimentos, um especial, o estímulo decisivo ao doutorado que me permitiu a continuidade de minha carreira acadêmica com outra temática, mas com resultados igualmente gratificantes. Além deles, vale lembrar Kymie Tomasino e Maria Luiza Garnelo, amigas do mestrado que foram presentes neste processo, além dos amigos Bosco, Ana e Edgar, a Teca, Silvana (Sil), Jair, Miguel Chaia, Alcides e Zenaide Soares entre outros.

Aos meus pais, pelo apoio e entusiasmo diferenciado às minhas opções, à minha mana Betina pelos muitos diálogos e a Tiça, pela opção coragem. Aos meus colegas da Unesp de Marília e do Grupo de Pesquisa Cultura e Mundo do Trabalho; aos amigos do IAP – Instituto Astrojildo Pereira – que mantém acesa a chama de uma bela tradição de lutas e o compromisso com o futuro; aos membros do NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais -, particularmente o seu dinamizador, meu amigo e sempre mestre Lúcio Flávio de Almeida. Por fim, aos meus amores que me permitem sonhar, viver e acreditar que um outro mundo é possível: meus filhos Gonçalo Luiz, Maíra e minha companheira Meire.

O antigo palco de lutas está consideravelmente alterado desde aqueles anos. Dos dirigentes de Formoso e Trombas - alguns, quando da elaboração dessa pesquisa entre 1990 e 1994 - ainda possuíam uma discreta participação política vinculada a outros partidos. Em Trombas existe uma escola com o nome de José Porfírio e em Formoso, numa das escolas, o autor desse trabalho coletou na ocasião da pesquisa de campo uma apostila

onde os alunos são ensinados que o fundador da cidade foi um antigo grileiro de terras e não faz menção à luta dos posseiros. Em outra escola do município, já ocorria o contrário; um grupo de professores procurava resgatar a memória das lutas, propiciando debates e palestras aos jovens da cidade com os antigos participantes. Tinha-se ainda certa cautela para falar do passado e havia uma razão: os tempos eram incertos e como bem apontou uma participante de todo o processo de luta que freqüentava estes debates, *a onça está solta*. Passou o tempo e pouco se falou sobre o assunto, seja na universidade ou bem poucas referências novas em livros.

Em 2004, tivemos em Goiânia o *Ciclo 50 anos de Trombas*. O evento organizado pelo CEPEC, uma entidade formada por um dinâmico grupo de ativistas sociais, teve o mérito, por não dizer, a ousadia de trazer a público alguns remanescentes da luta de Trombas, muitos deles quase reclusos e sempre cautelosos em sair à tona. O ciclo mais que tudo, recolocou em público o debate sobre a luta, mas também a questão da anistia, cujo mérito fora aprovado, mas as indenizações, naquela ocasião, estavam vergonhosamente emperradas por questões políticas e burocráticas em várias instâncias oficiais do Estado de Goiás. Pessoalmente, fui um dos convidados e lá tive a oportunidade de reencontrar velhos conhecidos das lutas de Trombas e Formoso e também encontrar outros históricos personagens que até então estavam espalhados por Goiás, alguns numa situação de semiclandestinidade e que participaram de forma variada no conflito, mas que até então não tivera a oportunidade de conhecer. Pude desta feita ouvir prazerosamente as histórias e relatos de Carmina Castro Marino, Paulo Capingote, Aarão de Souza, Valter Waladares, Sebastião de Abreu entre outros; sem falar que também tive a possibilidade de reencontrar Dirce Machado, Barthô e Sebastião Bailão. Lamentavelmente, José Ribeiro, Geraldo Tibúrcio e José Sobrinho, figuras humanas extraordinárias e destacados militantes neste processo de luta já não

estavam mais presentes. Mas não foram esquecidos; afinal, o sonho uma sociedade mais justa que nós legamos não acabou, continua por outras vias na luta do campesinato brasileiro em busca por um pedaço de terra. Gostaria de registrar aos membros do Cepec; Bacural, Davi, Cláudio, Aline entre outros, os meus agradecimentos pelo convite em participar daquele ciclo e o meu reconhecimento pelo esforço na sua realização. Sem dúvida, temos muito que fazer, mas a história da luta camponesa de Formoso e Trombas, seus protagonistas bem como a intervenção do Partido Comunista neste conflito entre outros movimentos ocorridos ao longo do Século XX estão ainda ausentes de um resgate histórico. Afinal, como colocou Ferreira Gullar: *O PCB não se tornou o maior Partido do ocidente. Nem mesmo do Brasil. Mas quem contar a História de nosso povo e seus heróis, tem de falar dele. Ou estará mentindo.*⁷⁶

⁷⁶Citação de Ferreira Gullar em 1982 na data comemorativa de 60 anos de fundação do PCB.